

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS**  
**HUMANOS**

**KÁSSIA CRISTIANY SILVA OLIVEIRA**

**“A TRANS QUE TÁ NA ESQUINA PELADA COM DROGA, TÁ PEDINDO  
SOCORRO. VOCÊ SABIA DISSO?”**

**GOIÂNIA**

**2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

**Kássia Cristiany Silva Oliveira**

#### 3. Título do trabalho

**A trans que tá na esquina pelada com droga, tá pedindo socorro. Você sabia disso?**

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Kássia Cristiany Silva Oliveira**, Usuário Externo, em 14/05/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Izabel Machado, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2025, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5370001** e o código CRC **582587FB**.

---

Referência: Processo nº 23070.061985/2024-05

SEI nº 5370001

KÁSSIA CRISTIANY SILVA OLIVEIRA

**“A TRANS QUE TÁ NA ESQUINA PELADA COM DROGA, TÁ PEDINDO  
SOCORRO. VOCÊ SABIA DISSO?”**

Dissertação apresentada ao Programa De  
Pós-Graduação em Direitos Humanos, da  
Pró-Reitoria de Pós-graduação, da Universidade  
Federal de Goiás para obtenção do título de Mestra  
em Direitos Humanos.

Área de concentração Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Izabel Machado

GOIÂNIA  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Kássia Cristiany Silva

"A trans que tá na esquina pelada com droga, tá pedindo socorro. Você sabia disso?" [manuscrito] / Kássia Cristiany Silva Oliveira. - 2025.

100 f.

Orientador: Profa. Dra. Maria Izabel Machado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui abreviaturas.

1. Corpo-arma. 2. necropolítica trans. 3. transfeminismo. 4. experiências sociais. I. Machado, Maria Izabel, orient. II. Título.

CDU 342.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 11/2025 da sessão de Defesa de Dissertação de **Kássia Cristiany Silva Oliveira**, que confere o título de **Mestra em Direitos Humanos**, na área de concentração em Direitos Humanos.

Aos **sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco**, a partir das 14h00, por na sala 129 da Faculdade de Educação, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A trans que tá na esquina pelada com droga, tá pedindo socorro. Você sabia disso?**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Maria Izabel Machado** (PPGDH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Manuel Ferreira Lima Filho** (PPGDH/UFG), membro titular **interno(a)**. Professor(a) Doutor(a) **Maria Meire de Carvalho Ferreira** (UFG Campus Goiás), membro titular **externo(a)**. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor(a) Doutor(a) Maria Izabel Machado, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Ferreira Lima Filho, Professor do Magistério Superior**, em 14/05/2025, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Izabel Machado, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2025, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Meire De Carvalho Ferreira, Professora do Magistério Superior**, em 16/05/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5370018** e o código CRC **D26947D5**.

Referência: Processo nº 23070.061985/2024-05

SEI nº 5370018

Dedico este trabalho às mulheres trans, cuja existência desafia barreiras e transforma o mundo. Que suas histórias sejam reconhecidas, suas vozes ouvidas e seus direitos garantidos. A cada uma que luta por dignidade e liberdade, minha mais profunda admiração e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer às mulheres que me trouxeram ao mundo e me sustentaram em seus braços até aqui: Rozilda Maria, minha mãe, minhas irmãs Carolina e Ana, e às nossas ancestrais. Acredito que não chegaria até aqui sem a força e o auxílio de vocês.

Agradeço também aos meus sobrinhos, João e Joaquim, pelas boas risadas ao longo desta escrita. É incrível ser tia de vocês.

Muito obrigada à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra<sup>a</sup> Maria Izabel Machado, pela paciência, pelo respeito aos meus processos e pelo amadurecimento e aprendizado proporcionados.

Gostaria de agradecer à pessoa que sempre me incentivou e ainda me incentiva a persistir na pesquisa, a Prof<sup>ª</sup> Dra<sup>a</sup> Fernanda Rezek. Ao CRIMIDEIA-Grupo Goiano de Criminologia Crítica por me ajudar na formação enquanto profissional e pesquisadora. Agradeço especialmente ao Advogado, Professor, Mestre e amigo Allan Hahnemann pela disponibilidade em abrir caminhos para me ajudar a concluir esta pesquisa.

Ao meu parceiro, Victor Sanches, muito obrigada pelo suporte, pelo apoio, pelas noites de sono mal dormidas me ajudando a corrigir a escrita e sobretudo por embarcar comigo em toda essa jornada para alcançar meus objetivos e me alimentar durante todo esse caminho. E ainda por me dizer a hora de parar e respirar fundo e mudar a rota para chegar no topo mesmo eu ainda não sabendo onde o topo fica.

Agradeço aos parentes e amigos pelo apoio, em especial a minha prima Sarah Fogaça por ter sido a primeira mestra da família e aliviar um pouco o peso e as responsabilidades que essa conquista representa para a família.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. E ainda a CAPES pelo auxílio financeiro ao longo dessa jornada de formação.

Por fim, gostaria de agradecer a Beth Fernandes por me receber na ASTRAL, por colaborar com esta pesquisa e por se tornar uma amiga querida. Agradeço ainda às mulheres transsexuais e travestis que cruzaram meu caminho através da ASTRAL espero cruzar mais vezes com vocês dentro da academia. Muito obrigada!

*Eu determino que termine aqui e agora  
Eu determino que termine em mim, mas não  
acabe comigo  
Determino que termine em nós e desate  
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente  
pra elas  
Que tenham outros problemas e encontrem  
novas soluções  
E que eu possa viver nelas, através delas e em  
suas memórias*

*Entre a oração e a ereção  
Ora são, ora não são  
Unção  
Bênção  
Sem nação  
Mesmo que não nasçam  
Mas vivem e vivem  
E vem*

*Se homens  
Se amam  
Ciúmes  
Se hímen  
Se unem*

*A quem costumeiramente ama  
A mente ama também*

*Não queimem as bruxas  
Mas que amém as bixas  
Mas que amém  
Que amém  
Clamem  
Que amém  
Que amém as travas também*

*Amém*

Linn da Quebrada

## RESUMO

Esta dissertação de inspiração etnográfica investiga a trajetória de vida da ASTRAL (Associação dos Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás) e de sua Presidente Beth Fernandes para compreender como a ONG atua na construção de políticas públicas de acesso a direitos das pessoas transexuais e travestis no Estado de Goiás. A pesquisa acompanha a atuação da ASTRAL-Goiás e a trajetória de sua gestora, explorando como a ONG no seu dia a dia faz o atendimento de mulheres trans e travestis dentro e fora do cárcere. O estudo aborda as trajetórias de vida da ASTRAL e da Beth, o trabalho nas ruas de informação e prevenção sobre HIV/AIDS, a distribuição de cestas básicas e itens de higiene e o atendimento de das mulheres trans em situação de encarceramento e os obstáculos na reinserção social. A principal categoria de análise é o corpo – um corpo que sente, sofre, resiste e se arma contra as opressões e a necropolítica. O estudo também examina a precariedade do sistema prisional em oferecer condições básicas de dignidade, como acesso à saúde, higiene, educação e oportunidades de trabalho para essa população e a luta da ONG e da sua Presidente para conseguir melhores condições de cumprimento de pena. A metodologia adotada foi a história de vida, por meio de entrevistas gravadas e diário de campo. A coleta de dados ocorreu a partir do acompanhamento da rotina da instituição e das narrativas de Beth, possibilitando uma análise profunda das estratégias de resistência e sobrevivência dessas mulheres. A ausência de políticas públicas eficazes reforça as condições de subalternidade impostas aos corpos que subvertem a ordem binária de gênero. No entanto, a atuação de organizações como a ASTRAL é fundamental para mediar esse processo, fornecendo apoio jurídico, psicológico e material. A pesquisa reforça a necessidade de repensar as políticas penitenciárias para pessoas trans e travestis, garantindo dignidade e cidadania a essa população. O estudo contribui para o debate sobre a interseccionalidade entre gênero, encarceramento e exclusão social, oferecendo uma análise crítica da relação entre necrobiopoder e corpos dissidentes.

**Palavras-chave:** Corpo-arma; necropolítica trans; transfeminismo; experiências sociais.

## ABSTRACT

This ethnographically inspired dissertation investigates the life trajectory of ASTRAL (Association of Travestis, Transsexuals, and Transgender People of Goiás) and its President, Beth Fernandes, to understand how the NGO works in the development of public policies aimed at securing rights for transgender and travesti individuals in the State of Goiás, Brazil. The research follows ASTRAL-Goiás's activities and the journey of its president, exploring how the organization provides daily support to trans women and travestis both inside and outside the prison system. The study addresses the life paths of the institution and its leader, street work involving information and prevention efforts regarding HIV/AIDS, the distribution of food baskets and hygiene items, as well as the care provided to incarcerated trans women and the challenges they face in social reintegration. The primary analytical category is the body — a body that feels, suffers, resists, and arms itself against oppression and necropolitics. The research also examines the precariousness of the prison system in providing basic conditions of dignity, such as access to healthcare, hygiene, education, and employment opportunities for this population, along with ASTRAL's and Beth Fernandes's efforts to secure better conditions for serving sentences. The methodology adopted was life history, through recorded interviews and field diaries. Data collection was conducted by accompanying the NGO's daily activities and through Beth's narratives, allowing a deep analysis of the strategies of resistance and survival employed by these women. The lack of effective public policies reinforces the conditions of subalternity imposed on bodies that subvert the binary gender order. However, the work of organizations like ASTRAL is crucial for mediating this process, providing legal, psychological, and material support. The research underscores the need to rethink prison policies for trans and travesti individuals, ensuring dignity and citizenship for this population. This study contributes to the debate on the intersectionality of gender, incarceration, and social exclusion, offering a critical analysis of the relationship between necrobiopower and dissident bodies.

**Keywords:** Body-weapon; trans necropolitics; transfeminism; social experiences; travestilities.

## LISTA DE ABREVIACOES

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial;

Cadúnico - Cadastro nico;

CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate  Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT;

CNJ - Conselho Nacional de Justiça;

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

CONEM - Conselho Estadual da Mulher;

CRFB/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

EJA - Educação para Jovens e Adultos;

GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes;

HGG - Hospital Geral de Goiânia;

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis;

LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgnero

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, e outros.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;

ONG - Organização não Governamental;

ONU - Organização das Nações Unidas;

PEP - Profilaxia Pós Exposição ao HIV;

PrEp - Profilaxia Pr-Exposição;

PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão;

PPGDH- Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

UBS - Unidade Básica de Saúde;

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. PERCURSO DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
2.1. Trajetória de Pesquisa.....	17
2.2. Percurso do Projeto.....	22
2.3. Construindo as relações/construindo o campo.....	30
<b>3. CAMPO.....</b>	<b>36</b>
3.1. Sistema Penal em Goiás para mulheres transexuais e travestis.....	36
3.2. Ismália.....	46
3.3. O Sistema, a necropolítica e o biopoder.....	52
<b>3. ASTRAL.....</b>	<b>58</b>
3.1. Identidade Coletiva.....	58
3.2. Transfeminismo e Mulheridades.....	68
3.3. Estigma.....	74
<b>4. BETH FERNANDES.....</b>	<b>80</b>
4.1. Persona.....	80
4.2. Corpo.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das elaborações ainda na iniciação científica, ao me deparar com a realidade das prisões em uma cadeia do interior de Goiás. Como as mulheres transexuais e travestis vivem ou sobrevivem nesse espaço cisnormativo? As especificidades dessas mulheres são respeitadas? Essas foram as primeiras perguntas que iniciaram essa pesquisa.

A história e o cotidiano das prisões se apresenta como um espaço pensado por homens, para homens, que evidencia não haver espaço para a diversidade; inexistia expressão de gênero que não o masculino. O cotidiano era cisnormativo, das vestimentas ao teto das instituições penais em que visitamos durante o projeto; o espaço físico da carceragem não era planejado para as mulheres cisgênero que se encontravam ali, às obrigando a se enquadrarem naquele ambiente androcêntrico.

Esse trabalho centrou-se na trajetória de vida da ASTRAL (Associação dos Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás) e de sua Presidente Beth Fernandes para compreender como a ONG atua na construção de políticas públicas de acesso a direitos das pessoas transexuais e travestis no Estado de Goiás. A pesquisa acompanha a atuação da ASTRAL-Goiás e a trajetória de sua presidente, Beth Fernandes, explorando como a ONG no seu dia a dia faz o atendimento de mulheres trans e travestis dentro e fora do cárcere.

O estudo aborda as trajetórias de vida da ASTRAL e da Beth Fernandes, o trabalho nas ruas de informação e prevenção sobre HIV/AIDS, a distribuição de cestas básicas e itens de higiene e o atendimento de das mulheres trans em situação de encarceramento e os obstáculos na reinserção social.

O Estado de Goiás tem atualmente uma Unidade Prisional em Goianápolis para a comunidade LGBTQIAPN<sup>1</sup> e também tem alas específicas em algumas unidades. Neste trabalho abordaremos a Ala LGBT<sup>+</sup> da Unidade Prisional de

---

1 LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, entre outros. A sigla representa grupos historicamente subalternizados que lutam por seus direitos. O "+", no final, representa uma forma de inclusão e representação de demais grupos que não foram mencionados anteriormente.

Anápolis e a inauguração do Primeiro presídio LGBT<sup>+</sup> em Goiás. Acompanho os procedimentos a partir da perspectiva dos movimentos sociais.

O trabalho foi feito junto a ASTRAL-Goiás (Associação dos Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás) acompanhando a rotina de atendimentos à população LGBTQIAPN<sup>+</sup> de Goiás e com entrevistas a Presidente da organização Beth Fernandes. A ASTRAL oferece atendimentos a pessoas trans\*<sup>2</sup> intra e extramuros. Ressalta-se, por conseguinte, que a ASTRAL é uma organização atuante no desenvolvimento de políticas de inclusão de pessoas transgênero, transexuais e travestis, em Goiás.

O trabalho é uma experiência etnográfica que adota a estratégia metodológica da *História de vida* com técnica da entrevista. Foram feitas duas entrevistas/conversas gravadas com Beth Fernandes que foram transcritas e utilizei, ainda, o diário de campo que retrata as minhas observações e meus apontamentos sobre o vivido. Após as entrevistas realizei a transcrição destas. Em seguida realizei a leitura das transcrições buscando e localizando nelas os aspectos que respondem os objetivos desta pesquisa, e ainda identificando outros temas relevantes para a pesquisa.

No primeiro capítulo abordo o percurso da pesquisa contando minha relação com o tema, as experiências e atravessamentos com o cárcere, a construção do projeto e as negociações para acessar o campo e viabilizar a pesquisa no contexto pós-pandêmico. Adotei a história oral porque ela coloca em evidência os aspectos particulares de significados vivenciados pelos sujeitos. Na história de vida os grupos desassistidos pela história, narram sua existência e vivência de acordo com a sua realidade social (Queiroz, 1991). Para explicar brevemente a trama de relações que permeiam essa dissertação usei a teoria da reciprocidade a fim de compreender que entre Beth e eu e Beth e a mulheres transexuais e travestis circulam 'almas'.

No segundo capítulo narro as experiências no campo, explicando as condições de cumprimento de pena de mulheres transsexuais e travestis, as experiências acompanhando o atendimento de Ismália na ONG ASTRAL. A chamei

---

2 O termo "trans" é uma abreviação, é um termo guarda-chuva que expressa diferentes identidades de gênero como transexual, transgênero, travesti e outros fora do sistema normativo binário de gênero. O asterisco é usado para eliminar classificações excludentes.

assim em razão da angústia e sofrimento entoados tanto no poema de Alphonsus de Guimaraens quanto na música de Emicida, que retratam o adoecimento físico e mental de pessoas oprimidas. Por fim trabalhei a necropolítica trans, e como o sistema sócio-jurídico opera dinâmicas de poder sobre corpos trans\* (Foucault, 1999b).

No terceiro capítulo contei a História da ASTRAL, a construção da sua identidade coletiva, a participação nos espaços coletivos de decisões políticas em Goiás e as categorias transfeminismo e mulheridades. Expliquei, neste capítulo, como essa nova epistemologia surge no campo acadêmico e nos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro brasileiro como resposta ao movimento feminista essencialista e tradicional e utiliza as interseções de gênero, raça, classe, território e outros para compreender as assimetrias que atravessam as vivências dos corpos não-conformes com a normatividade vigente (Nascimento; Ribeiro, 2021). E ainda discute estigma (Goffman, 2004) e como as mulheres trans\* usam o estigma para insurgir em resistências (Foucault, 2021).

No quarto e último capítulo contei a história da Beth Fernandes, as relações com o corpo. O corpo e a roupa são as categorias que a todo tempo aparecem neste trabalho. A relação de Beth com seu nome, as artes e as roupas através do brechó. O corpo que tudo sente e tudo sofre, o corpo que reage se armando para se proteger, existir e resistir (Foucault, 2021).

## 2. PERCURSO DA PESQUISA

### 2.1. Trajetória de Pesquisa

Começo esse capítulo contando ao leitor o primeiro momento em que entrei em uma cadeia. Como sou filha de policial militar, era comum ouvir histórias sobre a cadeia, mas a primeira vez em que entrei numa, eu era adolescente.

Lembro de ir à unidade prisional de minha cidade no interior de Goiás junto a uma tia para visitar um conhecido da família, não me lembro precisamente a idade que tinha. Recordo-me de adentrar uma edificação antiga com a fachada metade pintada de branco e a outra de cinza escuro quase preto, lembro-me de assinar um caderno de controle de visitas, e passar por um pequeno corredor que dava num mini pátio cercado de cômodos, as celas. A cadeia não me pareceu uma fortaleza ou masmorra super vigiada como nos filmes.

As celas daquela unidade tinham poucos metros quadrados e uma pequena janela com grades por onde passa ar e luz, com um vaso sanitário em um dos cantos. A pintura era velha, as paredes eram grossas, estavam todas manchadas e escurecidas, fazia muito calor, a cidade banhada pelo Rio Araguaia é conhecida por suas altas temperaturas e sol intenso na maior parte do ano, em algumas celas tinham ventiladores, TVs, colchões e roupas penduradas em varais improvisados.

As pessoas ali não usavam roupas padronizadas, não havia distinção visual entre apenado e visitante, todos tinham olhares cansados e tristonhos. Lembro-me de ver um conhecido do bairro de pescadores em que passei a primeira infância, o rapaz era conhecido por ter se envolvido muito jovem com tráfico de drogas. Nada do que tinha visto me causou estranhamento naquele momento, o que havia visto condizia com as histórias que havia escutado.

Nesse contato eu ainda não tinha maturidade e conhecimento suficiente para tecer críticas ao aprisionamento em massa, o marcante ali era o cheiro que costumo chamar de o 'cheiro da cadeia', aquele cheiro era inexplicável, uma mistura de mofo, poeira, suor e outros fluídos e rejeitos humanos que eu nunca havia sentido em nenhum outro lugar. Lembro de voltar para casa com a rinite alérgica atacada e contar ao meu pai, um policial militar aposentado, que o mais

impressionante era o cheiro daquele lugar, esse cheiro me voltou à memória algumas vezes durante esta pesquisa.

Para não fazer um corte abrupto na passagem do tempo, a cadeia voltou a cruzar meu caminho. Dessa vez um pouco mais madura e consciente das questões políticas e sociais. De certa forma a cadeia sempre cruzou meu caminho.

Em minha graduação em Direito, inicialmente, dediquei-me a estudar sobre os direitos dos povos originários, matéria de grande interesse, afinal sou de uma cidade do interior em que há uma comunidade indígena. Mas me encontrei na criminologia crítica e mais especificamente na criminologia interseccional e dediquei grande parte da minha formação para os estudos da criminologia crítica interseccional, uma vez que, entender direito penal material e processo penal não eram suficientes para as minhas perguntas sobre o sistema jurídico-penal, o aprisionamento e a ideia difundida de reeducação penal e ainda as lacunas dos pesquisadores em fazer a análise do sistema penal com o recorte de gênero, são questões que ainda me intrigam e eu sigo buscando por respostas. E foram com essas inquietações que cheguei à pesquisa.

Dentro da universidade fundamos coletivamente um grupo de estudos chamado CRIMIDEIA – Grupo Goiano de Criminologia Crítica com professores e alunos, de início fazíamos reuniões quinzenais para discutir textos de criminologia. Com essa formação inicial, decidimos construir de forma coletiva um Projeto de Pesquisa e Extensão para concorrer ao edital de financiamento, e assim cheguei a minha segunda experiência com a cadeia.

Passemos agora ao “Além das grades - Orientação e acompanhamento jurídico à comunidade carcerária do Território da cidadania do Vale do Rio Vermelho”, o primeiro projeto de pesquisa e extensão que participei, concorreremos enquanto grupo de pesquisa, ou melhor, CRIMIDEIA à um edital seleção PROEXT<sup>3</sup>, e conseguimos o incentivo financeiro. Estava na metade do meu curso de Direito e havia rumores de uma greve na instituição, quando iniciamos as coletas de dados.

A greve foi deflagrada, porém, por haver dinheiro público empenhado, o projeto não podia parar, as negociações com os Diretores das prisões para acesso

---

<sup>3</sup> Programa de extensão universitária que visa a interação entre universidade e sociedade. É uma forma de aplicar o conhecimento acadêmico adquirido em benefício de grupos socialmente subalternizados.

às instituições penais e aos presos também precisavam seguir e tínhamos um prazo para apresentar os resultados da pesquisa.

Concomitante as negociações com os Diretores e Juizes das Varas de Execução Penal da região, fizemos um curso de formação específico para preparar os estagiários do projeto para aplicar questionários e acessar os autos processuais, bem como para entender o funcionamento das instituições penais por dentro, qual a postura deveríamos adotar da porta para dentro. Assim, trabalhamos durante a greve, coletando dados através de questionários semiestruturados e pesquisa aos autos dos processos junto as Varas de Execução Penais.

Durante uma visita à Unidade Prisional de Itaberaí-GO, uma unidade mista em que havia 4 mulheres em situação de privação de liberdade, comecei a inquietar-me com a divisão e organização da prisão em relação ao espaço, era um ambiente androcêntrico pensado por homens e para homens. Nenhum curso de formação me preparou o suficiente para vivenciar aquele lugar. Lembro-me especialmente da prisão de Itaberaí, não por ter mulheres em privação de liberdade, mas por ser faccionada<sup>4</sup> e para adentrar os portões não precisávamos do aval do Diretor, mas sim de um dos presos que era o chefe daquela unidade.

Outro momento que me recordo bem foi uma entrevista, na prisão da Cidade de Goiás, realizada em inglês. Eu não era fluente na língua ainda e foi bastante difícil acompanhar, mas me lembro que quando perguntado sobre o crime que havia cometido o apenado estrangeiro respondeu que “estava tirando o demônio” que havia possuído o corpo de sua vítima. Ele foi condenado por tentativa de homicídio, estupro e tortura contra uma mulher a uma pena de 20 anos aproximadamente. E me intrigava ele ser um “preso do seguro”, são presos que têm liberdade na unidade prisional, esses presos são pessoas de confiança e tem algumas regalias em razão do trabalho. Não ficam confinados em suas celas e podem circular livremente pela carceragem mesmo fora do horário de banho de sol.

Outro episódio que me retorna a mente com frequência era quando perguntávamos sobre a sexualidade dos apenados e muitos não compreendiam os significados de homossexual, bissexual ou heterossexual, ou ainda se era uma pessoa transexual e ao ver o olhar de dúvida expliquei como se estivesse dizendo

---

<sup>4</sup> Entenda como prisão faccionada uma instituição em que a facção criminosa domina e controla as atividades cotidianas ou exerce forte influência na organização das atividades dentro da prisão.

para o meu sobrinho de 8 (oito) anos naquela época. Por exemplo uma relação entre menino e menino é homossexual ou menina e menina.

Atualmente penso como explicaria de forma simples e didática o que são identidades não binárias, quais os exemplos mais próximos do cotidiano de uma prisão eu usaria.

Na formação, apesar de compreendermos que muitas pessoas em privação de liberdade não possuem o ensino básico completo, não me ocorreu que teria que pensar em formas simples para explicar a questão mais temerária e complexa do questionário que deixamos por último dada a natureza da questão e a possibilidade de recusa ou até mesmo de uma reação mais agressiva.

Perguntar qual a sexualidade daquelas pessoas submetidas a uma estrutura machista e violenta, como a prisão, causa uma ansiedade e um desconforto tanto nos apenados quanto nos pesquisadores.

Os dados coletados durante o projeto de extensão “Além das Grades” me fizeram construir o trabalho de conclusão de curso, da graduação em Direito, sobre encarceramento e gênero, em presídios mistos do interior do estado de Goiás, na Região do Vale do Rio Vermelho. Desenvolver uma pesquisa qualitativa sobre gênero, nas prisões do interior, me respondeu algumas questões, ao mesmo tempo em que me trouxe várias outras dúvidas que acarretaram neste projeto de dissertação. Inicialmente, propus pesquisar mulheres transexuais e travestis egressas do sistema prisional goiano, mas, devido à dificuldade de acessar as prisões, não o fiz.

A construção dessa dissertação começou ainda em 2018. Após concluir a graduação ainda havia perguntas que me fiz após a extensão no “Além das Grades” para as quais não tinha respostas – Como mulheres transexuais vivem ou apenas sobrevivem nesse espaço cisheteronormativo das prisões? As especificidades dessas mulheres são respeitadas intramuros? -- Foram essas as questões que gostaria de responder.

O cotidiano na prisão a todo momento evidenciava que não havia espaço para a diversidade, não havia expressão de gênero que não o masculino. As mulheres cisgênero já enfrentavam grandes vulnerabilidades, uma vez, que não conseguiam acesso a itens básicos de higiene. O sistema prisional é cisheteronormativo das vestimentas ao teto, e forçava as mulheres cisgênero a se enquadrarem naquele ambiente androcêntrico.

O projeto passou por diversas mudanças e adequações até a aprovação. Essas mudanças acompanham também o amadurecimento desta pesquisadora. Para chegarmos ao que apresento agora nessa dissertação que acompanha a trajetória da ASTRAL e da presidente da instituição Beth no atendimento das mulheres transexuais e travestis intra e extramuros. Apesar de não abandonar completamente os estudos sobre o sistema penal, o foco dessa dissertação mudou e o sistema jurídico-penal tem um papel secundário.

Eu continuo lembrando o “cheiro da cadeia” todas às vezes que a cadeia me atravessa e durante esta pesquisa sobre encarceramento.

A experiência no cárcere é avassaladora nos mais diversos aspectos da vivência humana. Acredito que a pesquisa na cadeia mudou a trajetória de pesquisa desta pesquisadora. E foram as perguntas que me fiz durante a extensão no cárcere que fizeram nascer a inquietude de entender mais e mais como o sistema de execução penal funciona por dentro e, como bem coloca Julita Lemgruber, “é impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não com pesquisadores” (Lemgruber, 1999, p. 13).

Com todas essas experiências de pesquisa e extensão e compreendendo que gostaria de prosseguir pesquisando cadeia e suas tramas de relações após a formatura construí, com a mentoria da coordenadora do CRIMIDEIA, um projeto de mestrado para submissão aos programas de pós-graduação em direito. Contarei sobre a trajetória do projeto no tópico a seguir.

## 2.2. Percurso do Projeto

A primeira versão desse projeto propunha analisar algumas decisões que versavam sobre os direitos de pessoas transexuais e travestis a cumprir suas penas em unidades prisionais de acordo com sua identidade de gêneros Autos nº 00022531720188070015 da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, e ainda o HABEAS CORPUS 152.491 SÃO PAULO, de relatoria do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Roberto Barroso, a intenção era compreender como o sistema criminal responde quando demandado para salvaguarda os direitos das pessoas transexuais e travestis sob custódia do Estado.

A matéria julgada nesses documentos versa sobre qual seria o estabelecimento penal adequado para cumprimento de pena de mulheres transexuais e travestis: seria o presídio feminino ou uma ala/cela separada no presídio masculino, ou ainda que a mulher trans escolha o estabelecimento a cumprir sua pena. Isso porque as decisões supracitadas estão permeadas de conceitos preconceituosos e de confusão entre o que é identidade de gênero e orientação sexual. A decisão do Distrito Federal está fundamentada em aspectos biológicos do corpo humano e definições biológicas de gênero, enquanto a matéria deveria tratar de direitos humanos e dignidade da pessoa humana, portanto, direitos também das mulheres transexuais e travestis.

Constantemente o sistema jurídico-penal confunde, nesses documentos, orientação sexual com identidade de gênero e justifica essas micro violências com a complexidade do pensamento sobre o tema e ainda argumenta haver superioridades físicas biológicas de mulheres trans\* em relação as mulheres cisgênero em razão do sexo biológico. A falta de uma Lei de Execução Penal observando as intersecções de gênero perpetua o tratamento desigual e preconceituoso que violenta o corpo e o psicológico das pessoas transexuais e travestis em conflito com o sistema penal.

Em uma segunda submissão do projeto a seleção de mestrado e doutorado do PPGDH, ainda durante a pandemia, alguns dados sobre o sistema penal e população LGBTQIAPN<sup>+</sup> foram publicados e permitiram uma atualização no projeto. O documento técnico se intitulava “LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento” publicado pelo Ministério da Mulher e da Família dos Direitos Humanos, no primeiro semestre de 2020. O relatório técnico apresenta um diagnóstico qualitativo e quantitativo evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAPN<sup>+</sup> no cárcere. A tecnicidade do documento não apresenta propostas contundentes para o enfrentamento da questão carcerária atual, sendo finalizado com recomendação de boas práticas para com essa população.

O Brasil possui algumas diretrizes para o tratamento desse grupo, a Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT - CNCD/LGBT. Essa Resolução contempla diretrizes sobre o uso do nome social, de acordo com a identidade de gênero, espaços de vivências específicos e visita íntima.

Na ausência da Lei de Execução Penal sobre como deve ser o tratamento de pessoas LGBTQIAPN<sup>+</sup> privadas de liberdade restam as diretrizes normativas para sanar essas lacunas, no entanto, as resoluções e diretrizes não são suficientes para garantir a aplicação efetiva dos direitos fundamentais das pessoas LGBTQIAPN<sup>+</sup> no ambiente prisional por não possuir força normativa, ou seja, força de lei. O tratamento nas unidades prisionais para essa população fica à discricionariedade dos administradores prisionais.

Com a aprovação do projeto no Programa de mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos a viabilidade de execução do projeto foi um grande desafio, uma vez que, no projeto inicial havia proposto uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas a mulheres transexuais e travestis em situação de encarceramento. A proposta exigia acesso ao Presídio.

No entanto, o acesso ao campo era uma grande barreira dado o contexto de pandemia que enfrentamos. Havia um distanciamento do campo e a rigidez das visitas impostas pelo sistema dificultavam a entrada na penitenciária. Pensando nas barreiras a serem superadas para concluir a pesquisa comecei a construir uma lista de contatos com pessoas que conheciam e tinham acesso ao sistema prisional.

O contexto pandêmico permaneceu um problema, e as sessões de orientações do programa de mestrado estavam começando. Com isso eu precisava atualizar o projeto para torná-lo viável e executável dentro das condições que se apresentavam, e isso significava mudanças e não lido bem com mudanças.

Como mencionado, comecei a fazer contatos com pessoas que poderiam viabilizar o campo, mas esse caminho não estava sendo frutífero. Assim, com a primeira recusa do projeto no comitê de ética, e aconselhada por minha orientadora - uma socióloga que flerta com a antropologia, mudei, depois de muito resistir, as sujeitas da pesquisa para mulheres transexuais egressas do sistema, uma vez que, fora do sistema o acesso a elas era mais facilitado. E, posteriormente, veio a mudança do método de pesquisa para a metodologia da história de vida dentro da abordagem da pesquisa qualitativa biográfica, sugestão essa feita tanto por minha orientadora quanto por Beth Fernandes.

Com essas mudanças as entrevistas seriam feitas com duas mulheres trans\* egressas do sistema prisional goiano que eram assistidas pela ASTRAL – Goiás e a a presidenta da ONG, Beth Fernandes. Nesse caso, a coleta de dados ocorreria por meio do depoimento/relato gravado. Essas não foram as únicas mudanças, outras ainda ocorreram e falo sobre elas ao longo do texto.

A sugestão da história de vida como metodologia, como mencionado anteriormente, foi feita pela Beth e por minha orientadora para viabilizar a pesquisa que havia passado por várias alterações devido ao tempo, a indisponibilidade de recursos e dificuldades de acesso ao campo. Tal sugestão teve aporte de documentos, relatórios e artigos que foram, prontamente, enviados por Beth para me ajudar no processo de coleta de dados e escrita.

Todavia os dados brutos sobre o sistema prisional e os relatórios genéricos sobre este sistema, não eram mais necessários, pois eu já tinha um campo e as histórias que gostaria de contar, ou melhor, “o som do Anthropological blues tinha tocado” ainda que eu relutava um pouco em ouvi-lo (Matta, 1978). Foram necessários tempo, algumas reuniões de orientação, tantas outras elaborações, crises e rupturas para eu compreender que o campo era a ASTRAL e sua história de vida e as diversas vivências que cruzavam a instituição, bem como a história de Beth, e as histórias que ela narrava desde o primeiro contato.

Uma das rupturas foi aceitar que, nesta dissertação, me afastaria do Direito Penal e da Criminologia Crítica, e iria me aproximar de um novo campo teórico, de forma que seria necessário me debruçar em um novo universo do saber e, dele, me apropriar. Eu não conhecia a história de vida como método de pesquisa, logo, no início das leituras, surgiam em minha mente imensas críticas sobre estar escrevendo uma biografia. Minha formação na área do Direito que é uma ciência social aplicada não me ajudou muito nesse processo de escrita.

Aprendemos que somos operadores do direito e, apesar de me ver pouco positivista e dogmática por gostar da parte crítica e negar, sempre, a mera reprodução da norma, eu ainda resistia em entender que os dados da pesquisa dificilmente serão todos catalogáveis em tabelas, gráficos e números. Portanto, nem sempre é possível separar as entrevistas por temas em tabulações de repetição; às vezes, os dados vêm de frases soltas que despertam muitos significados ou, ainda, da escolha das roupas, da configuração e organização do espaço. No final, por mais que eu recuse o engessamento do Direito ele ainda se faz presente na forma como pesquisa e produz conhecimento.

A história de vida, à primeira vista, me pareceu uma biografia, pois eu não dominava esta técnica. Seria necessário estudar, conhecer e apoderar-me da mesma, à qual ainda não havia sido apresentada, mas, estando em um programa interdisciplinar em Direitos Humanos, era importante compreender como minha formação foi positivista.

Agregar diversas áreas do conhecimento para fazer esta pesquisa era mais que organizar dados e escrever; era me colocar no campo de um jeito diferente daquele aprendido na graduação e, de certo modo, me abrir para o novo. Nesse sentido, questionar a história de vida, enquanto método científico, foi inevitável, porque não me parecia uma pesquisa acadêmica, e eu caminhava para produzir um texto científico sobre a relação das mulheres trans e travestis com a ASTRAL, relações da Beth com a instituição e ainda sobre minha relação com a ASTRAL e com Beth, com a minha subjetividade envolvida eu não vislumbrava um caminho científico em tudo isso.

Por hora, gostaria de adentrar aos estudos da história de vida e, para compreendê-la melhor e explicá-la ao leitor, usarei os postulados de Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga e pesquisadora brasileira, que dedicou parte de sua carreira ao estudo da metodologia da história de vida. Seus escritos destacam a importância das narrativas pessoais como uma ferramenta para entender a complexidade das relações sociais e culturais.

Para Isaura Queiroz, a história de vida é uma metodologia que permite compreender a trajetória individual em seu contexto social. Com essa metodologia é possível ver as narrativas pessoais como uma janela para os processos históricos e culturais que moldam as experiências humanas. Através das histórias de vida, é possível captar as mudanças sociais e os processos de transformações que ocorrem ao longo do tempo.

A autora enfatiza a importância das entrevistas em profundidade como principal ferramenta de coleta de dados. Essas entrevistas devem ser realizadas de maneira que o entrevistado se sinta à vontade para compartilhar suas experiências e reflexões. A coleta de dados pode ir além das entrevistas e para isso é enriquecedor para a pesquisa o uso de documentos pessoais, como diários, cartas e fotografias, complementando as narrativas orais e fornecendo uma visão mais completa da vida do indivíduo. Outra ferramenta importante para a coleta de dados na História de Vida é a observação participante ao viver e interagir com os participantes, a pesquisadora pode obter uma compreensão mais profunda das práticas e significados culturais que influenciam suas vidas.

Nessa pesquisa utilizei as conversas gravadas em que Beth me mandava ligar o gravador e narrava sua vida e a história da ASTRAL e das pessoas que atravessaram suas histórias ao longo de mais de 20 (vinte) anos de trabalho e ainda o diário de campo em que escrevi sobre minhas observações e percepções. Esgotada a coleta de dados, passo para análise dos dados, ou melhor, para decifrar significados dos ditos e não ditos. A entrevistada autorizou o uso dos nomes reais Beth Fernandes e da instituição ASTRAL, por isso neste trabalho não usamos nomes fictícios para nominar ambas, mas usamos nomes fictícios para os demais sujeitos que aparecem ao longo do trabalho.

O passo seguinte da pesquisa é a análise de dados. Primeiro as entrevistas foram transcritas e tentei identificar falas e temas que corroboraram com as postulações propostas no projeto. Esse processo ajuda a organizar as narrativas e a destacar aspectos significativos das experiências dos participantes. Depois realizei a reconstrução de narrativas tentando montar as histórias de vida de Beth e da ASTRAL com base nas entrevistas e documentos coletados. Nessa reconstrução busquei mostrar a perspectiva da narradora e respeitar sua voz e interpretação das situações. Nas histórias de vida o contexto histórico e social são marcadores importantes e ajudam a relacionar as experiências individuais com processos sociais e políticos e ainda transformações culturais.

Com o domínio e aplicação da técnica, foi possível assimilar que ela permite ao informante, livremente, a narração daquilo que ele compreende como relevante da sua história, e isso se torna um trunfo para o pesquisador ao possibilitar a captação do dito e não dito. Como coloca Maria Isaura de Queiroz, a história de vida é uma técnica que permite ao pesquisador ter uma compreensão daquilo que é dizível e não dizível em um relato oral (Queiroz, 1991).

E como é esperado na experiência etnográfica, a minha subjetividade aparece em diversos momentos nesta dissertação e meu primeiro confronto com ela foi uma angústia que, ao ser expressa, era compreendida pelas pessoas ao meu redor como um conflito de lugar de fala. Em contrapartida, eu sempre respondia que o conflito não era esse, que tenho consciência de que ser uma mulher cisgênero, e não uma mulher transexual ou travesti, não me eximiu ou exime do debate sobre as vulnerabilidades que elas sofrem e/ou de contar suas histórias.

Outros colegas me falaram sobre a necessidade de dar voz a essas mulheres: “elas precisam adentrar à academia de alguma forma”. Mas o anseio supracitado não fazia sentido, dado que elas já possuíam voz, logo, o que me restava fazer era ampliá-la e difundi-la, para que chegasse em mais espaços e pessoas. Meu conflito e preocupação, então, eram se eu seria capaz de fazer uma boa pesquisa ou se iria estigmatizar e vulnerabilizar, ainda mais, essas mulheres.

Essa ansiedade me seguiu até a disciplina de *Estigma, Exclusão e Sociedade*, na qual, ao relatar minha angústia ao professor de Antropologia, ele, de imediato, sugeriu uma leitura dizendo “você precisa ler Spivak”. Por conseguinte, ao aceitar a sugestão e ler “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Chakravorty Spivak, compreendi que o processo de falar é dialógico, exigindo um falante e um ouvinte, e não cabe ao intelectual o “falar por” ou “representar”. Cabe às pesquisadoras observarem as estruturas de poder que as atravessam e criar espaços e meios para que as pessoas em situação de subalternidade possa falar e ser ouvida, portanto:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuídos à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (Spivak, 2009, p. 126)

É nessa perspectiva - de como vou fazer essas mulheres subalternizadas serem ouvidas - que recaí em outra questão: apesar de usufruir de diversos privilégios, como vir de uma família com estabilidade financeira, ter ascendido socialmente, ter frequentado boas escolas e possuir formação acadêmica em um curso considerado da elite, eu sou uma mulher negra de pele clara, gorda, de cabelos cacheados e não é corriqueiro que eu sinta culpa, insegurança, inferioridade e me retraia.

Esses sentimentos me recaíram com mais peso ao ouvir Beth dizer que, quando terminasse a escrita da dissertação, precisava pensar em como aplicar meu conhecimento para ajudar, efetivamente, a causa. O sentimento de que a pesquisa e a escrita de trabalhos acadêmicos, por si só, não garantem a efetivação e eficácia das políticas públicas de inclusão me causaram tristeza e apreensão; a fala de Beth reiterou a preocupação em tornar tais trabalhos mais próximos da sociedade para que subsidiem a construção de políticas transformadoras.

Mais uma vez, eu me colocava no lugar de abrir espaço e meios para mulheres transexuais e travestis falarem e serem ouvidas. Todavia, parecia assumir muitas responsabilidades, o que, a princípio, fazia sentido: eu precisava devolver algo aos sujeitos da minha pesquisa. Ao me comprometer com essa devolutiva eu criei expectativas demais, que acabaram como Neusa Santos bem expressa “[...] humilhados[as], intimidados[as] e decepcionados[as] consigo próprios[as] por não corresponderem às expectativas que impõem a si mesmos[as][...]” (Souza, 2021, p.

74). No final, eu precisava entender que essa efetividade não é categórica e não me cabe efetivar e dar retornos do meu conhecimento para além da escrita.

Os preparativos para o campo iniciaram após a primeira visita à sede da ASTRAL. A modificação da metodologia para a história de vida passou pela análise das dificuldades de acesso à penitenciária, com o agravante da pandemia de COVID-19<sup>5</sup> e, ainda, pelo reconhecimento de que os dados sobre o sistema penitenciário são pouco transparentes, o que se deve, sobretudo, à falta de esclarecimento sobre as metodologias aplicadas. Essa carência é acentuada no caso de recortes sobre a população LGBTQIAPN<sup>+</sup>, cujos dados são praticamente inexistentes ou de difícil acesso.

Após as adequações do projeto e sua submissão ao comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal de Goiás - que foi rigoroso na exigência de documentos, já que os sujeitos da pesquisa se tratava de uma população vulnerável houve algumas negativas e, por conseguinte, atraso para o início da coleta de dados, que, finalmente, seguiram da aprovação do projeto, de modo a possibilitar o início da pesquisa de campo.

O recorte geográfico da pesquisa, como visto, compreende ao estado de Goiás que, segundo dados do JUSTA<sup>6</sup>, investiu R\$2,6 bilhões de seu orçamento em policiamento, R\$400 mil em Segurança Pública e zero em políticas exclusivas para o egresso, no ano de 2021, o que o tornou um dos estados que mais gasta com a polícia no Brasil (JUSTA, 2022). Desta forma, compreender como as egressas do sistema penitenciário goiano, em parte subalternizada - intramuros e extramuros - por uma intersecção de fatores, resistem à política de morte adotada pelo Estado, tornou-se imprescindível para esta pesquisadora.

---

5 A pandemia de COVID-19, ou melhor, a pandemia do coronavírus, foi causada pela SARS-CoV-2, um vírus novo descoberto em dezembro de 2019, de rápida contaminação, que provocava uma síndrome respiratória aguda grave e, para a qual, não tínhamos protocolo de tratamento ou vacina. Ela impactou todo o globo, tornando-se a quinta maior pandemia do mundo. A prevenção era o isolamento social, o uso de máscara e higiene das mãos. O mundo precisou reduzir suas atividades para conter o vírus. Em 2021, consolidamos a vacina e passamos ao relaxamento das regras. A pandemia terminou em meados de 2023.

6 O JUSTA é um centro de pesquisa, *design* e incidência que atua no campo da economia política da justiça e une diferentes áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Gestão Pública, Tecnologia, Ciência Política, Comunicação e Engenharia de Produção.

### **2.3. Construindo as relações/construindo o campo<sup>7</sup>**

O primeiro contato com Beth Fernandes e, conseqüentemente, com a ASTRAL, ocorreu por meio de mensagens de texto trocadas em um aplicativo de conversas, no qual expliquei sobre a minha pesquisa. De pronto, Beth se dispôs a colaborar com minha pesquisa. Cheguei a ela por indicação de conhecidos, do ambiente acadêmico, que colaboraram em alguns projetos com a ASTRAL e, por meio de mensagens de textos e áudios, marcamos nosso primeiro encontro presencial.

Pessoalmente, nos apresentamos e contei mais detalhes sobre a pesquisa; Beth me contou a história da ONG em detalhes e, de imediato, foi possível perceber que as histórias de vida da instituição e de Beth se misturavam, logo, Beth e a ASTRAL passaram a ser indissociáveis para esta pesquisa, constituindo parte importante desta experiência etnográfica.

Beth havia, inicialmente, me indicado uma mulher transexual egressa que, após a experiência no cárcere, construiu um projeto de vida edificante, em sua opinião. No momento da pesquisa ela cursava Direito em uma instituição privada com bolsa integral e não houve reincidência, um dos fatores que justificaram a indicação para a entrevistar.

Entrei em contato e, de pronto, a moça aceitou uma entrevista, agendou um horário, mas desmarcou e depois desapareceu por dias sem responder qualquer mensagem. Tempos depois, quando retornou o contato, marcou novamente e não atendeu às ligações. Beth, por sua vez, tentou mediar e fazer com que a moça se comprometesse com a entrevista, mas logo ela voltou a desmarcar e ignorar contato; apesar de me enviar mensagens de áudio dizendo um pouco das violências que sofreu durante o tempo encarcerada, com relatos resumidos das agressões e das dificuldades de sobreviver ao encarceramento, e de me dar esperanças de que

---

<sup>7</sup> O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Parecer n.º 5.812.681.

conseguiria a entrevista - dizendo que tinha muita história para me contar -, ela continuou desaparecendo.

A dificuldade de acessar os sujeitos do recorte inicial deste trabalho, me levou a trabalhar com as histórias de vidas de Beth e ASTRAL, encarando-as não somente como facilitadoras do acesso aos sujeitos, mas também como principais sujeitos da pesquisa. Desse modo passei a acompanhar a rotina e o cotidiano da ASTRAL e conseqüentemente de Beth.

Diante disso, passei a acompanhar os atendimentos ofertados por Beth na sede da ASTRAL às mulheres transexuais e travestis, observando esses atendimentos

A ONG recebe diversas demandas, fazendo com que Beth se desdobre, sozinha, para atender diversas pessoas (estudantes, pesquisadores, mulheres e homens da comunidade LGBTQIAPN<sup>+</sup>, crianças e adolescentes iniciando seu processo de se descobrir e se ver no mundo, bem como suas famílias). Dentre as ações da entrevistada, estão: distribuir kit de exames rápidos de HIV (imunodeficiência humana), material educativo sobre PEP<sup>8</sup> e PrEP<sup>9</sup>, cestas básicas que são doadas, vender as roupas do brechó e marcar presença nas redes sociais, em eventos para os quais é convidada, além das questões relacionadas a prestações de contas da ONG e outras burocracias financeiras.

Observando a sobrecarga de funções e ouvindo Beth sobre as demandas que, aos poucos, chegavam, percebi que oferecer mão de obra para algumas atividades seria um bom caminho na construção de uma troca genuína com Beth e ASTRAL.

Comecei a aproximação me oferecendo para ajudar ASTRAL a marcar presença nas redes. Uma oferta ousada, uma vez que não sou usuária assídua de redes sociais, tampouco especialista em comunicação, mas tenho uma pequena noção de como funciona esse mundo, de blogueiras, digital influencer e produtores de conteúdo para internet. Comecei essa incursão criando, então, um e-mail novo para a ONG e armazenando diversos documentos, livros e encartes em uma nuvem de compartilhamento, a pedido de Beth.

---

8 PEP, ou Profilaxia Pós-Exposição, é o uso de medicamentos antirretrovirais após um possível contato com o HIV, em situações como: violência sexual, relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha) e acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou em contato direto com material biológico).

9 PrEP, ou Profilaxia Pré-Exposição ao HIV, é o uso dos medicamentos antirretrovirais antes da exposição ao HIV, reduzindo a probabilidade da pessoa se infectar com o vírus. A PrEP deve ser utilizada se você se encontra em alto risco de contrair o HIV.

Posteriormente, criei uma conta no *Instagram* e no *Facebook*, usei meus anos de cursos de informática para fazer encartes para as páginas e destaques, fiz diversas postagens explicando o funcionamento da ONG, quem era Beth, os trabalhos desempenhados, contatos e endereços para quem procura ajuda. Assim, me aproximei de Beth e estabelecemos uma relação de afeto, cuidado e confiança, que perduram mesmo após finalizado o campo. As mensagens continuam, de modo a termos diversas experiências compartilhadas sobre a dualidade do processo de escrita que, mesmo solitário e doloroso, é prazeroso e nos proporciona renascimento.

Estabelecemos que eu iria para a sede da ASTRAL algumas vezes a fim de observar e fazer meu campo. Beth costumava marcar os atendimentos para as terças-feiras, às 14:00h, dia e horário esses que pareciam ser os mais assertivos e propícios na sua agenda. Durante o trajeto de 20 (vinte) minutos da minha casa à sede da ONG, no transporte público ou no carro de aplicativo, eu revisava os tópicos de direcionamento que havia elaborado para me ajudar a conduzir as conversas, caso necessário, mas raramente eu precisava recorrer a essas anotações. Normalmente, Beth conduzia os diálogos e me passava informações sobre suas visitas à instituição penal de Anápolis, e de como, por exemplo, sua escolha de não defender determinado candidato na última campanha eleitoral impactava na falta de recursos para manter a ONG.

Beth Fernandes atende sozinha na ASTRAL, no momento dessa pesquisa, porque os retornos são poucos, os projetos e políticas públicas que ela consegue inscrever a ONG são escassos e ela acaba tirando do próprio salário como professora universitária e psicóloga clínica as despesas para manter o espaço físico da instituição.

Eu chegava na sala, cumprimentava Beth, que estava sempre muito alegre e sorridente, puxava uma cadeira de plástico, dessas de bar/praias, e me sentava, às vezes, com o meu computador no colo, outras com meu bloco de anotações à mão. Fazia isso numa tentativa de deixar as pessoas confortáveis e à vontade com minha presença. Beth se sentava frente à escrivaninha com computador do tipo desktop em uma antiga cadeira de escritório e conversávamos trivialidades, até a pessoa que buscava atendimento aparecer.

Eram nessas conversas que Beth me contava sua história, a da ASTRAL e de pessoas atendidas por esta. Quando alguém chegava para ser atendido, ela

avisava apontando em minha direção: “essa é uma pesquisadora da universidade que está acompanhando o trabalho da ONG para a pesquisa do mestrado dela. Se o assunto não for delicado, ela pode acompanhar?”. De acordo com a resposta, eu permanecia, ou não, na sala e sempre que o atendimento tratava de questões sensíveis ela me pedia para aguardar do lado de fora dizendo “esse atendimento é cabeludo vou pedir para você aguardar lá fora um pouquinho”.

Depois de alguns atendimentos comigo permanecendo apenas no lugar de escuta, passei a entender melhor a antropóloga Débora Diniz, em Cadeia – Relatos sobre mulheres. No relato, ela acompanha os atendimentos do núcleo da saúde da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, cujos profissionais responsáveis pelo cuidado ela denominou de jalecos brancos (assistente social, psicóloga, médico), portanto, como ela usava preto e não fazia perguntas, era ignorada, como determinava o protocolo da instituição (Diniz, 2015).

O espaço oferecido pela Beth, na sede da ASTRAL, era também um espaço de cuidado, e como esta não era minha incumbência, as pessoas que buscavam atendimento não se importavam ou até mesmo ignoravam minha presença. Algumas destas tinham angústias e questões mais urgentes para tratar, como por exemplo, a mulher cubana e seu filho adolescente que buscavam por uma cesta básica, artigos de higiene pessoal e formas de acessar políticas públicas do governo para receber algum dinheiro, ou formas de conseguir trabalho.

A segunda troca que ofereci para manter-me em contato com a instituição foi a organização do brechó on-line, o que consistia em fotografar, selecionar e montar composições de roupas nos manequins para alimentar a página criada em uma parceria entre a ASTRAL e uma amiga de Beth.

Passamos algumas tardes dobrando roupas, separando peças, colocando composições e tirando dos manequins, fotografando e conversando sobre o seu trabalho como psicóloga e professora. Ela relatou, dentre outros assuntos, sua experiência no mestrado e o trauma que a causou, por ser uma mulher transexual em um programa de pós-graduação em saúde, em um das universidades mais renomadas do país, e como isso a levou a não seguir para o doutorado.

A terceira troca, por sua vez, não foi oferecida por mim. Ela partiu de Beth, que me pediu ajuda na venda de alguns equipamentos eletrônicos que estavam parados na sede: eram dois computadores e uma câmera fotográfica. Dado o afeto já cativado, prontamente aceitei e trouxe os equipamentos para minha casa na

intenção de ligá-los, verificar se tudo funcionava perfeitamente, tirar fotos, pesquisar preços dos modelos e enviar para Beth divulgar nos grupos de compra e venda.

Na oportunidade, minha mãe se encontrava em minha casa, na capital goiana, e ajudou comprando um dos computadores anunciados. Eu medieei as negociações e expliquei à minha mãe que o valor estava baixo, pois havia urgência na venda; os aluguéis da sala comercial, onde funcionava a ASTRAL, estavam atrasados e Beth não mais conseguia manter a ONG com seus próprios recursos.

Eu ajudei a vender os equipamentos, as contas foram pagas, Beth suspirou aliviada por mais um tempo e me agradeceu, em diversas mensagens, pelo apoio, ajuda e disponibilidade. Mesmo compreendendo que eu queria algo em troca, Beth enxergava cuidado, carinho e empatia na minha postura.

Diante dos problemas financeiros da instituição, Beth decidiu pausar o atendimento presencial na sede da ASTRAL, eu me ofereci para ajudar, encaixotamos todas as coisas, pois as roupas do brechó, os materiais de escritórios e eletrodomésticos iriam para a garagem da casa de Beth; ela faria uma viagem internacional longa e não havia sentido em manter aquele aluguel, no centro da capital, sem sua presença para fazer os atendimentos. Encaixotamos tudo numa sexta-feira, véspera de meu aniversário, e Beth tentava manter o otimismo enquanto me contava sobre os planos de alugar uma construção maior para fazer uma sala reservada aos atendimentos como psicóloga; colocaria o Brechó em outro cômodo que desse visibilidade para as peças, e um café onde as pessoas pudessem se aconchegar e conversar em palestras, debates e oficinas que promoveria.

Ainda mantenho contato com Beth e a ASTRAL, frequentemente acesso às redes sociais da instituição para divulgar os eventos e atividades e trocamos mensagens em grupo de *Whatsapp* que incluem notícias, fotos, livros e documentos sobre assuntos variados.

Para explicar essa relação que construí com Beth, e as relações que permeiam Beth e a ASTRAL, gostaria de primeiro abordar a teoria da reciprocidade. Para isso usaremos a obra "Ensaio sobre a Dádiva" de Marcel Mauss (1924-1925) em que ele analisa as práticas de dádiva (dom) em diversas sociedades tradicionais. Essa teoria tem seu foco na reciprocidade e na criação de laços sociais, contrastando com a visão utilitarista das trocas econômicas predominantes nas sociedades capitalistas modernas.

A teoria da dádiva consiste substancialmente de três obrigações principais, seriam elas: dar-receber-retribuir. Estas obrigações por sua vez criam uma rede de interdependência e solidariedade dentro de uma comunidade. Logo compreende-se que o ato de dar não é simplesmente uma transferência de bens, coisas, utilidades econômicas, trocam-se nas palavras de Mauss, 'gentilezas', que estabelece e fortalece relações sociais (Mauss, 2008).

A reciprocidade estudada por Marcel Mauss, mostra que essa relação não se limita à troca de bens materiais, há também uma troca simbólica. As relações que abordo aqui não envolvem somente as roupas e acessórios, há também a circulação do que o autor chama de 'almas'. Beth precisava de ajuda com as questões da ONG, e eu necessitava concluir o trabalho de campo para minha pesquisa; as mulheres trans\* e travestis precisam da Beth e da ASTRAL para mediar acesso a direitos, políticas públicas e outros, e a ASTRAL precisa delas para se manter viva.

Beth também está utilizando minha pesquisa para perpetuar seu trabalho junto à ASTRAL. Nessa parte da relação que descrevo com Beth, há também um valor-confiança. As minhas interações com Beth e a ASTRAL, que a princípio me pareciam apenas interesseiras, no sentido de finalizar minha dissertação, assumiram outro significado quando compreendi que Beth desempenhava esse outro papel: ao emprestar-me o nome, ela confiava a mim sua história e a da instituição, ao mesmo tempo em que perpetuava a história e o legado da ASTRAL ao longo do tempo.

Como coloca Marcel Mauss:

[...]. Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem "respeitos" — podemos dizer igualmente "cortesias". Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se "devem" - elas e seus bens - aos outros (Mauss, 2008, p. 263).

Na teia de relações sociais em que cada dádiva reforça a interdependência entre os indivíduos, revela como a dádiva pode ser utilizada como um instrumento estratégico para alcançar lugares, prestígio e consolidar inclusão nos espaços. E ajuda ainda a compreender a complexidade das interações humanas e a profundidade das relações sociais que elas engendram. Beth e eu construímos uma relação de troca de informações, conhecimento, experiências e, sobretudo, amizade.

### 3. CAMPO

#### 3.1. Sistema Penal em Goiás para mulheres transexuais e travestis

Para compreender melhor o trabalho de Beth no sistema prisional, é necessário abordar suas visitas à instituição penal de Anápolis. Ela relatou que, até junho de 2023 — momento da realização desta pesquisa — havia aproximadamente 41 (quarenta e uma) pessoas na ala destinada à população LGBTQIAPN+. Embora existissem quatro celas, a instituição utilizava apenas duas para esse fim; as demais eram destinadas à separação de casais formados dentro da prisão. Não é possível identificar marcadores como cor/raça, idade, território e gênero, pois esses dados sobre o sistema penal em Goiás não são divulgados. Ao tratar do tema, Beth fez uma brincadeira e me sugeriu um possível projeto de doutorado, com o título: “Por que as instituições penais permitem o ódio, mas não permitem o amor entre pessoas LGBTQIAPN+?”.

A fim de situar o leitor, apresentarei brevemente a cidade onde fica a Ala LGBT+. Anápolis está localizada a 53 quilômetros da capital do Estado, Goiânia. Com uma população de quase 400.000 habitantes, é um polo econômico promissor do Estado de Goiás por sua produção diversificada. Isso porque a cidade tem uma localização geográfica estratégica entre a capital do Estado e a capital do Brasil, Brasília. O município possui um grande polo industrial, com destaque para o setor farmacêutico, metalúrgico e têxtil. A agropecuária, especialmente a produção de grãos e pecuária, também é uma parte significativa da economia local.

Voltando ao sistema prisional, no primeiro semestre de 2023, uma Comissão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), realizou inspeção nas Unidades Prisionais do Estado de Goiás, constatando algo semelhante ao que Beth reportou:

Em relação às vulnerabilidades acrescidas, o Conselho aponta a especial marginalização da população LGBTI. Relatos durante as inspeções deram conta de atos de repressão, homo e transfobia por parte das equipes da unidade, através de ações que compreendem a proibição ou a repressão de demonstrações de afeto, separação de casais homoafetivos, notadamente quando mulheres, proibição da utilização de acessórios e utensílios tidos como femininos pela população transexual ou mesmo a negação da hormonioterapia, nas unidades masculinas. Somente dois estabelecimentos prisionais entre os visitados possuíam ala LGBT. Outras unidades indicaram

não possuir esse público, tendo-se, ainda, percebido que esta classificação não ocorria pela autodeclaração, conforme preceitua a Resolução CNJ nº 348 (Conselho Nacional de Justiça, 2023, p. 9).

A ASTRAL faz um trabalho de distribuição de preservativo e exames rápidos de HIV; na campanha, Beth sai pelas avenidas do centro de Goiânia para conscientizá-las dos riscos, perigos que correm e como se prevenir deles, que seus caminhos se cruzam, em um processo contínuo do qual se inserem seus encontros no sistema jurídico-penal.

É no momento de trabalho nas ruas que as histórias dessas mulheres transexuais e travestis se encontram com as da ASTRAL e Beth. "Eu conheço um monte que tá lá. Eu chego lá, falo o nome delas, os agentes ficam olhando pronto é tudo amiguinha da Beth. Eu andava na rua para entregar preservativo. Eu vi isso crescer na rua, por silicone, 10 litros de silicone na bunda" (Beth Fernandes, 2024).

Segundo Beth, é comum, nos relatos das mulheres transexuais e travestis que "caem"<sup>10</sup> no sistema penal, a passagem pela prostituição e, para aguentar a rotina de trabalho nas ruas, depois de alguns anos, essas mulheres começam a recorrer aos entorpecentes. Conseqüentemente, elas passam a ter pouca captação de clientes para os programas devido aos sinais aparentes do uso desses entorpecentes, o que faz com que se voltem ao furto, roubo e tráfico de drogas, para conseguirem algum tipo de sustento. Há alguns poucos relatos de crimes gravíssimos.

É dessa forma que a seletividade penal atua, capturando as mulheres transexuais e travestis por crimes como tráfico de drogas, furtos e roubos. Não são crimes violentos que interrompem sua liberdade, mas sim as vulnerabilidades socioeconômica e estrutural.

Beth explicou que um dos trabalhos que faz na penitenciária é levar o que, aqui no estado de Goiás, chamamos de COBAL, uma sacola plástica transparente com mantimentos para complementar a alimentação oferecida na cadeia, artigos de higiene, roupas íntimas e medicamentos, haja vista que o estado nem sempre os fornece. E como muitas das mulheres transexuais e travestis encarceradas não têm contato com a família, o auxílio para sobreviver ao cárcere provém de instituições não-governamentais, movimentos sociais, amigos e parceiros.

---

10 Cair no sistema é um termo do campo, cuja linguagem é usada pelas pessoas que têm algum conflito com a lei Penal e refere-se ao processo de cometer um delito, ser processado e preso em função dele.

Bem, o procedimento para ir para a Ala LGBT+ ou uma Unidade Prisional LGBT+ depende da autodeclaração e Beth destaca alguns desafios quanto a alocação isso porque em Aparecida de Goiânia tem o Complexo Prisional que tem um complexo industrial que oportuniza trabalho e isso faz com que muitas pessoas LGBT+, escolha ficar em uma prisão comum, mesmo o Estado oferecendo espaço específico para o cumprimento de pena:

Porque nós temos Aparecida de Goiânia, um grande complexo, que é o grande receptor de pessoas apenadas, né? Que estão lá segregadas pelas condições de suas penas. E muitos não vão assumir ali que são gays, né. E as que estão lá que são assumidas e querem ficar lá... Nós temos uma menina travesti lá linda. Ela teve que amputar quase a perna inteira por causa de silicone.

Porque eu comecei a trabalhar, que não é um lugar fácil, em Aparecida para fazer autodeclaração. Tu é gay mesmo? Oh não me toque. E consentimento de autodeclaração e de transferência. Ai, eu não quero ir. Então você assina também termo de responsabilidade, que você vai ficar aqui, porque amanhã se pegarem e enfiarem uma faca no seu c\* para você esconder nessa facção aqui dentro você não reclama. E eu falo desse jeito. Os diretores falam você é louca? [...].

Amanhã você está aqui que começar uma problemática aqui e os bandidos falar esconde isso no seu anus. Nós temos gays lá que tiveram que fazer mais de 10 cirurgias no anus, gente. É difícilimo. Você tem certeza de que você quer ficar aqui? Então, assina com Beth Fernandes, que você é responsável por você. Então, eu comecei a fazer esse trabalho (Beth Fernandes, 2024).

O protocolo da instituição penal de Anápolis não obriga o corte de cabelo, apenas determina as vestimentas, como Beth, coloca: “O diretor fala, Beth, eu não vou deixar por outra roupa. Ela vai estar com aquela camisetinha amarelinha dela, que é o uniforme”, as custodiadas usam amarelo canário e chinelos brancos. Em relação aos cabelos Beth relata uma discussão com agentes públicos e assegura que a prática de raspar a cabeça não faz mais parte do protocolo segue:

Eu tive uma discussão com a defensora pública, acho que ela não gostou muito de mim não. Mas eu tô tão preocupada que nem vou dormir essa noite de tão preocupada que eu tô. Porque ela bateu o pé, eu falei não rapam a cabeça delas aqui isso é mentira. Raspavam, tinha diretor que chegava e já raspava o cabelo. Hoje a gente consegue organizar. Eu não quero um motel Governador, mas eu quero condição de direito, dignidade para essas pessoas. Tinha uma reclamação enorme que aconteceu lá, que era comida, hoje, por exemplo, eu me sento lá para comer com elas. Me dê licença que

isso aqui tá uma delícia e elas estão mesmo Beth (Beth Fernandes, 2024).

Ainda sobre os procedimentos, Beth explica: “O presídio não é LGBT. Agora não tem o LGBTQIAPN<sup>+</sup>. Quando esse povo da política vem com LGBTQIAPN<sup>+</sup>, eu nunca vi uma queer lá, sinto muito. É descaracterizado”(2024). As condições de cumprimento de pena para mulheres trans e travestis não permitem roupas ou procedimentos estéticos que expressam suas corporeidades, como escovar os cabelos, pintar as unhas e outros. Beth exemplifica: “A população de rua... O que a gente vê na rua, a descaracterização da população no presídio também é a mesma coisa, sabe?”(2024). Essa descaracterização também decorre da disponibilidade de alimentos. Assim como as pessoas em situação de rua, as pessoas em privação de liberdade não têm acesso a uma variedade de alimentos, e muitas não se adaptam à alimentação ofertada pela instituição penal, o que pode acarretar uma perda de peso excessiva.

Diante disso, Beth pensa em outras formas de essas mulheres manterem sua corporeidade e suas mulheridades, e reflete: “Eu fico tentando pensar a corporeidade, a condição de ser feminino e masculino, as condições de expressão de gênero ou não. Elas não se fazem lá, você tá entendendo? É muito maior do que isso”(2024). Uma das formas encontrada para garantir um pouco da corporeidade dentro da prisão, elas têm o “dia da beleza”, em que podem cuidar do cabelo, limpar as unhas, fazer as sobrancelhas e outros cuidados.

É possível ver no trecho abaixo a preocupação com a reafirmação das mulheridades das mulheres trans\* intramuros:

[...].Mas assim você tá com uma roupa feia porque eu não vou deixar você se produzir. Nós conseguimos lá o dia do salão para elas, aí elas podem cortar a unha, pode limpar a unha, pode fazer sobrancelhas, elas tem as sobrancelhas mais bonitas que as minhas (Beth Fernandes, 2024).

Manter a mulheridade, falar delas, sabe e pensar. Kássia não tem nada mais sensível em minha vida, você chegar num lugar daquele eu queria que um dia você fosse comigo, e elas pularem no meu pescoço chorando e falar Beth pelo amor de Deus, o dia que eu sair daqui eu não quero voltar para a rua. E você fica com o cu na mão, porque nós não temos política (Beth Fernandes, 2024).

Há um ponto muito importante que Beth destaca em suas falas que é o desalinhamento das autoridades públicas com o dia a dia e as condições do cumprimento de pena, elas querem fazer algo, mas desconhecem a realidade da prisão. A sugestão da entrada de perucas na unidade LGBT, gerou conflito durante as reuniões de alinhamento dos protocolos e procedimentos, Beth discorda quanto a permissão de perucas, segue relato sobre a situação:

[...] eu tive atraque<sup>11</sup> com alguns defensores, eu falei, peruca, aplique, entrar lá, vocês estão loucos? Vocês piraram? Porque ela nunca entrou dentro do presídio, ela não sabe que é o presídio.  
[...] peruca é cabelo, é muito caro, ninguém mexe. É uma briga que a gente tem na rua, que elas jogam, aquele cabelo na sua cara, a briga começa aí. Uma entra tem peruca, a outra não tem vai virar um atraque alí sabe uma enforçar a outra com a peruca. Um atraque alí e a polícia não tem o dia inteiro para ficar pajeando atraque de travestis por causa de uma peruca. Por favor, pensa vamos dar condições Humanas e de higiene (Beth Fernandes, 2024).

O acesso à saúde intramuros é extremamente precário. Em inspeção realizada nas unidades prisionais do estado de Goiás, entre o fim de maio e o início de junho de 2023, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou, em seu relatório preliminar, que:

No que diz respeito à saúde, o Conselho documentou as dificuldades no acesso aos prontuários de atendimento pelas equipes de inspeção. Houve diversos relatos de insuficiência de atendimento médico, uso excessivo de ansiolíticos e falta de acesso a apenados que deles necessitam, falta de médicos especialistas e de dentistas. Também se identificaram estabelecimentos prisionais que não ofertavam o tratamento com antirretrovirais para pessoas soropositivas (Conselho Nacional de Justiça, 2023, p. 9).

Segundo Beth, o Estado não fornece o tratamento para continuidade da hormonioterapia dessas mulheres, que acabam drasticamente interrompidos, gerando consequências graves na saúde mental dessa população. Já o tratamento com antirretrovirais para pessoas com sorologia positiva para HIV, afirmou ser praticamente inexistente. Apesar disso, o Estado fornece vacinas ao que Beth diz: “[...] o Estado fornece todas as possibilidades de vacina, por exemplo, da dengue vai ter primeiro que todo mundo a da COVID teve primeiro que todo mundo. Isso teve”(Beth Fernandes, 2024).

---

11 Atraque é uma expressão do dicionário Pajubá que nesse contexto significa conflito, discussão acalorada.

O procedimento e protocolos dentro da instituição penal nem sempre coaduna com o entendimento comum. O sistema quer que as pessoas se previnam contra Infecções sexualmente transmissíveis (IST) então deve ofertar acesso rápido e fácil ao preservativo. Mas segundo o relato de Beth, não é bem essa a política do sistema ao ser perguntada como era feita essa distribuição ela respondeu:

Então fica lá na enfermaria, lá no lugar onde está a assistência social e enfermeira. Ninguém vai fazer isso, então, transam todos sem preservativo. Não usam preservativo. Ah, não usa porque não quer, meu bem, ninguém vai sair gritando que vai trepar, me desculpa, por mais que esteja aqui explícito ninguém vai fazer isso. [...]. Nenhuma travesti e nenhum gay vão atravessar a ala para chegar lá no serviço social, e nem todo mundo do serviço social é uma pessoa interessante de lidar, porque eu já discuti com uma enfermeira lá, por isso. Beth é bocuda, não preciso disso. Eu venho mais é fazer pelo outro. [...]. Mas você acha que uma pessoa, vai sair do final do corredor e ir lá na enfermeira ou assistente social e falar ah me dá um preservativo vou dar o cu ali (Beth Fernandes, 2024)

Beth, tenta levar para as instituições penais de Goiás um novo tratamento antirretroviral de administração injetável, mas assegura que ainda há muito caminho a ser percorrido.

Nós tivemos um problema em relação às pessoas soro reagentes lá, né. Que é uma coisa que eu estou no Ministério da Saúde, lutando para trazer, eu tenho até cartilha publicada, você já viu o livro publicado sobre a PeP e a PreP né. [...]. Então eu estou lutando e vou continuar lutando. Para que a Pep injetável ou outra forma da metodologia da PreP e PeP vá para lá no Sistema Carcerário. Então são detalhes que as pessoas não se mancam, mas eu trabalho com isso (Beth Fernandes, 2024)

São essas as condições de cumprimento de pena que as mulheres transexuais e travestis estão sujeitas a discriminações e preconceitos intramuros e extramuros, acrescidos por mais vulnerabilidades acometidas pelo sistema prisional. Em se tratando de presídios mistos como a Unidade de Anapólis, não há oportunidades iguais para as mulheres trans e travestis quanto à remissão da pena, por meio do trabalho; elas não podem conviver com a população comum da penitenciária, devido ao risco de violências físicas e sexuais, portanto, são, mais uma vez, segregadas. O que justifica a necessidade de instituições específicas para essa população que ofereça oportunidade de trabalho, reabilitando as pessoas para o retorno à vida em sociedade.

Beth, em seu lugar de cuidado, busca construir, com as mulheres transexuais ainda em situação de encarceramento, um projeto de vida para quando saírem, o qual visa trabalho, para não voltar à exploração sexual na prostituição, bem como estudo, por meio de políticas de bolsas em instituições de ensino superior e políticas públicas de inclusão na educação. Àquelas que sabem costurar, por exemplo, ou tiveram a oportunidade de participar nas oficinas de trabalhos e aprenderam a coser, Beth procura doações de máquinas de costura para que sigam na profissão.

Quando perguntada sobre educação e as oficinas de trabalho nos presídios LGBT+ ela responde:

É EAJA<sup>12</sup>. Mas o Enem ainda não deu para elas, não liberamos isso. Mas tem o EAJA e aí ela tirou o 2<sup>a</sup> grau e elas querem trabalhar, então conseguir que uma confecção que pegue elas... [...] Não, ainda não.

Nós não temos o investimento de máquinas de costura, que é o que as meninas querem, sabe. Algumas coisas, por exemplo, eu não vou deixar entrar tipo fazer tricô. E eu trabalho com alguns teorias de aprendizagem com crianças autistas, então. Bem Vygotsky e teorias Suíça e russo. Apesar de que não gostar muito de russos né. Que são tricô amenizar a ansiedade, lá, só se for a agulha esse ponta (Beth Fernandes, 2024).

Não me prenderei aqui a dados brutos sobre o sistema, mas gostaria de passar algumas informações. Em 2024, Goiás inaugurou o primeiro presídio LGBTQIAPN<sup>+</sup> do Estado na cidade de Goianápolis. Beth começou nossa última conversa/entrevista dando essa notícia: “Bem, nós saímos do papel. E fomos para presídios que estavam abandonados, Goianápolis”. Procurar adequar essas instalações passou por diversos espaços de discussão. Ao que Beth o povo vem questionar:

Ah você mudou elas lá para Goianápolis, mas como é que o pai e a mãe vai lá visitar ? Falei, menino, eu vou falar para você que eu fiquei 40 dias naquela porra todo domingo, pai nenhum ia lá. Para mim, verificar isso, para mim pedir uma coisa de política para esse povo. E foi o diretor do presídio que falou, a Beth, não vem à toa com o pedido na mão. Ela ficou tempo estudando, gente, eu sou da

---

<sup>12</sup> Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos.

academia, eu vou estudar o quê e o porquê aconteceu aí, ó, está provado que o pai e a mãe não vem aqui, tá (Beth Fernandes, 2024).

Segundo Beth, no segundo semestre de 2024 havia cerca de 30 pessoas no presídio LGBTQIAPN<sup>+</sup> recém-inaugurado. Mais uma vez, reforço a dificuldade de identificar quem são essas pessoas com base em marcadores de gênero, raça, idade, entre outros. Elas foram transferidas de outras unidades prisionais. Há uma preocupação quanto ao procedimento adotado na instituição:

E aí como dividir isso? Até assim tinham pessoas intersexos participando da discussão, mas Beth não pode ser assim. Eu disse pode e deve. Jamais uma mulher trans redesignada vai querer ficar junto com gay ou com outro que vai ter sexo explícito, entendeu, ou junto com homem. Mas se quiser ficar ela vai assinar todos os termos. Que é onde, eu estou a trabalhando agora (Beth Fernandes, 2024).

Além disso, Beth, ainda pensa formas de ajudar com a saúde mental das mulheres trans em privação de liberdade, ao ser perguntada sobre as oficinas de trabalho ela responde:

Eu sou pós-graduada em saúde mental. Pensa essas pessoas sem fazer nada num cubículo desse tamanho que a gente está aqui, esse aqui foi dividido em café, brechó e meu escritório lá no fundo. Aqui tem 20 pessoas nessa sala, imagina o que vai acontecer? 24 horas.

[...]

Não, ainda não. Nós não temos o investimento de máquinas de costura, que é o que as meninas querem, sabe. Algumas coisas, por exemplo, eu não vou deixar entrar tipo fazer tricô. E eu trabalho com alguns teorias de aprendizagem com crianças autistas, então. Bem Vygotsky e teorias Suíça e russo. Apesar de que não gostar muito de russos né. Que são tricô amenizar a ansiedade, lá, só se for a agulha sem ponta (Beth Fernandes, 2024).

Por fim, o trabalho de Beth é também evitar que por meio do termo da autodeterminação LBGT+, outros apenados se apropriem do espaço destinado às pessoas LBGT+ ao que Beth fala: “chego lá e olho e falo isso aqui não é gay. Que é que está fazendo aqui? Não, mas ele se autoafirmou bissexual, mas ele está fugindo de alguma facção porque a facção é fora e dentro, não é só lá dentro do Presídio” (Beth Fernandes, 2024).

Para ilustrar melhor Beth destaco uma fala dela que demonstra como homens cisgênero e heteros usam um espaço que não é para eles:

Quando eu cheguei no Presídio em Anápolis, eu falei esse menino não é gay? Aí as bicha olhavam, fazia assim, só olhando e rindo, queria saber, tipo história. Falei, não é gay o que que ele está fazendo aqui até eu sentar com a polícia e sentar com todo mundo falar ele deve está fugindo da facção. Ele dever ta devendo alguma coisa na CPP lá em Aparecida para vir parar aqui entre LGBT e se afirmar Bi (Beth Fernandes, 2024).

Então, o trabalho de Beth junto à instituição penal também inclui identificar quem são apenados que estão tentando usar as unidades para LGBT+ para se beneficiarem e ainda pensar outras dinâmicas de enfrentamento das vulnerabilidades. O caso mais recente que Beth relata estar causando conflito com a instituição é cafetinagem intra muros:

[...] É, tem 2 cafetinas presas lá. É, e aí elas querem manter o rufianismo lá dentro. [...] Caíram, porque assim é raríssimo, mas caíram porque o babado estava forte ne. [...] Lá na ala LGBT é dentro do Presídio masculino. Aí oh olha, eu preciso fumar. O Bofe ele ganhou da mulher que veio trazer ou da mãe uma carteira de cigarro vai lá, olha eu vou falar rasgado e você põe uma campainha, vai lá chupa o pau dele e pega 2 pra mim. Ela começa a fazer o rufianismo ali dentro (Beth Fernandes, 2024).

Beth, já havia mencionado as ações das cafetinas anteriormente para me explicar que muitas vezes as egressas não conseguiam estabelecer um projeto de vida fora da prostituição por ter dívidas com as cafetinas:

Você acha que uma travesti que tá devendo 30.000 para uma cafetina não vai falar Beth quando ela sair, ela tem que voltar pra minha casa pra pagar, ela não vai para Projeto Casulo nenhum e você não vai retomar ela pra casa dela? Ela vai ter que me pagar, ela está me devendo. Então tem coisas... Isso é uma forma de facção (Beth Fernandes, 2024).

Contudo, ainda há diversos enfrentamentos para garantir um cumprimento de pena que reabilite os indivíduos para a vida extramuros que garanta a não reincidência e reingresso ao sistema penal. Há muitos atravessamentos que impedem pessoas LGBT+ de construir uma história de vida após uma experiência de encarceramento.



*Olhei no espelho, Ícaro me encarou:  
 "Cuidado, não voa tão perto do sol  
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"  
 O abutre quer te ver de algema pra dizer:  
 "Ó, num falei?!"  
 No fim das conta é tudo Ismália, Ismália  
 Ismália, Ismália  
 Ismália, Ismália  
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
 Ter pele escura é ser Ismália, Ismália  
 Ismália, Ismália  
 Ismália, Ismália  
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão  
 (Terminou no chão)  
 Ismália  
 (Quis tocar o céu, terminou no chão)*  
 Compositores: Renan De Jesus Batista / Leandro Roque  
 De Oliveira - EMICIDA  
 / Vinicius Leonard Moreira

### 3.2. Ismália

Ismália chegou à sede da ASTRAL, suada e esbaforida. É uma mulher transexual branca, na casa dos 30 (trinta) anos, magra e de nariz pontudo, bem desenhado e lábios finos; os cabelos longos castanhos estavam presos em um rabo de cavalo. E ela usava uma blusa preta, justa ao corpo, com uma estampa de uma cidade histórica do Estado, calça jeans justa ao corpo, chinelos de dedo e tinha os olhos fundos, de quem não dormia direito havia alguns dias. Eu apresentei, Beth e ela já se conheciam, e Graça<sup>13</sup>, uma amiga de Beth que estava presente neste dia, também psicóloga, se apresentou.

Conversamos trivialidades por alguns minutos. O assunto me pareceu delicado, então me levantei para sair. Antes de Beth seguir o protocolo, pedi licença e falei que iria deixá-las à vontade, mas Beth interpelou, “--psiu, não sai não! Preciso de você aqui. Ela tem questões jurídicas e acho que você pode ajudar--”. Então retornei à cadeira de plástico, com meu bloco de anotações ao colo.

Beth começa dizendo, “conte-nos o que você precisa e o que podemos fazer por você hoje”. Ismália fala de imediato que quer fazer o procedimento de retificação de nome, e revela ter pavor da ideia de morrer e sua família a enterrar como o sexo biológico e cortarem os seus cabelos. Seu corpo começa a tremer e ela desaba em

---

<sup>13</sup> Graça (nome fictício) é uma mulher, lésbica, alegre e sorridente; é psicóloga e mestre em Direitos Humanos, compõe um coletivo de mulheres mães de pessoas LGBTQIAPN+, e colabora com Beth na ASTRAL. A chamei de Graça porque é uma mulher simpática e benevolente.

angústias e choro, a voz trêmula fala sobre a vontade de morrer, de sentir-se sozinha no mundo, de não poder contar com ninguém, e das dificuldades financeiras que a assolam desde a pandemia de COVID-19.

Narro aqui um recorte de sua história: voltou a Goiânia durante a pandemia, e desde então, tem conflitos com a família, antes a convivência era pouca, morava em uma cidade grande a algumas horas desta capital, e se mantinha com dinheiro dos programas, naquele tempo ela conseguiu juntar dinheiro para colocar silicone nos seios, e ganhava o suficiente para ajudar a família. As suas palavras demonstram que os conflitos surgem com a convivência cotidiana, Ismália parece compreender a sua mudança para Goiânia como um retrocesso, seria como se os problemas que a atravessam tivessem surgidos com o retorno à capital.

O episódio definitivo foi uma briga com a irmã e a mãe da qual fora acusada de lesão corporal leve em âmbito de violência doméstica, ameaça, maus tratos a animal de estimação, desacato e resistência ao ato de prisão. Em decorrência desse episódio, Ismália usa tornozeleira eletrônica como instrumento cautelar de medida protetiva, logo, não pode se aproximar da mãe ou da irmã.

Não era possível ver a tornozeleira, Ismália a escondia sobre a calça jeans, mas fala da angústia de não poder trabalhar nas ruas fazendo programas sexuais porque quando o cliente vê o aparelho ele recusa seus trabalhos, consequentemente sua renda era advinda de clientes antigos que faziam programas virtuais, e dava apenas para pagar o aluguel de um quarto pequeno em um bairro periférico e distante do centro.

Com pouco dinheiro que tinha não conseguia terminar de pagar o advogado que contratou para cuidar de seu processo, e pede para que eu olhe a situação, porque o pedido feito pelo profissional para retirar o dispositivo eletrônico de monitoramento foi negado. Ela me mostra a decisão enviada por seu procurador e diz não entender nada só que não vai tirar a tornozeleira e lamenta porque que não vai conseguir trabalhar.

Nesse momento, faço um pequeno retorno ao Direito. Eu não sou advogada, não estou inscrita no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), isso significa que não tenho carteira da OAB e não posso exercer a advocacia como profissão. Não atuo na área e, portanto, para não ferir a ética profissional não comento sobre a atuação de outros profissionais. Consultei o processo de Ismália, os processos são públicos, salvo casos específicos que chamamos de segredo de

justiça, ou seja, aqueles que não são públicos e, portanto, são sigilosos. E, em se tratando de procedimentos específicos, estes são restritos aos competentes e as partes do processo. Os documentos aos quais venho fazer referência são públicos e podem ser consultados por todos.

O processo de Ismália é de meados de 2022 (dois mil e vinte e dois), tinha quase um ano de trâmite quando o consultei pela primeira vez junto a ela. Na oportunidade, expliquei que os crimes dos quais é acusada apresentam diferentes penas, e aqui me abstenho da linguagem jurídica - não a uso, ela é complexa, rebuscada, erudita e pouco acessível e eu queria fazê-la compreender minimamente o procedimento que a atravessava.

Os crimes dos quais era acusada previam penas diversas, mas que nenhuma delas tinha cumprimento de pena na forma do regime fechado, faço essa análise de acordo com o disponível na parte pública do processo, e pelas acusações que ali estão descritas ela não podia ficar totalmente restrita de liberdade, ou seja, ela não ficaria presa e que a tornozeleira era usada para impedi-la de se aproximar das possíveis vítimas.

A demora para o caminhar do processo decorre de o sistema jurídico tentar priorizar réus presos, dentre outros problemas que contribuem para a sua morosidade. Diante disso, não é possível precisar quanto tempo levaria até a conclusão do processo, mas que a tornozeleira eletrônica poderia ser retirada caso as vítimas não pedissem a continuidade da medida protetiva quando vencesse o prazo. Em seguida, expliquei que para informações precisas era necessário recorrer a defensoria pública ou ir ao fórum criminal e pedir a senha de acesso do processo ao qual ela tem direito enquanto parte acusada.

Ismália demonstra angústia extrema e volta a chorar e tremer diante da incerteza do processo, Beth tenta acalmá-la, Ismália fala sobre sua reclusão forçada. Por se envergonhar do dispositivo eletrônico, ela não saía de sua pequena quitinete e se descontrola um pouco na fala ao dizer que apenas sente vontade de morrer, que não enxerga uma saída, mostra que sua prioridade é a retificação do nome, e Beth explica que ela precisa procurar ajuda psicológica e psiquiátrica, precisava emergencialmente cuidar de sua saúde mental, ela deveria ir ao CAPS<sup>14</sup> da região

---

14 Centro de Atenção Psicossocial, um serviço de saúde mental que atende pessoas com sofrimento mental grave. Os CAPS são abertos à comunidade e não é necessário agendamento prévio.

onde mora. A reação de Ismália me surpreendeu, ela exclama de forma incisiva não querer ser tratada no mesmo lugar que tratam dependentes químicos.

Eu não compreendi de início a recusa. Ismália não conseguia ver sua situação de vulnerabilidade como semelhante à situação de uma pessoa em situação de drogadição. Ambos passam por situação de subalternidades, familiares que os expulsam de casa seja pelo vício ou pela sua identidade de gênero. Como uma pessoa que também tem condições mentais e que precisou de intervenção medicamentosa algumas vezes, além de ser atendida em uma Clínica Psiquiátrica com ala de internação, eu não via uma grande diferença entre mim e as pessoas internadas. Era fácil ter empatia com Ismália em razão de suas questões mentais, mas a postura dela em relação aos dependentes químicos me deixou desconfortável.

Bem, é Beth quem responde ao meu desconforto. Ela afirma que apesar de Ismália não assumir sua drogadição publicamente ela fazia uso de entorpecentes. E sua repulsa pelo CAPS e as pessoas que o acessam era medo de ficar internada na instituição. Há no imaginário comum das pessoas que elas podem ser internadas no CAPS de forma compulsória, o que não é uma realidade. O Centro não tem espaço de internação. Beth, usa a frase “o corpo responde”. Eu explicarei essa colocação em tópico específico. Mas a colocação é no sentido que o corpo revela os abusos sofridos ao longo da vida.

É Graça quem se disponibiliza a ajudar, com terapia e com o contato de um conhecido que é psiquiatra e trata gratuitamente pessoas LGBTQIAPN<sup>+</sup>. O atendimento realizado na ONG se encerra, Ismália se retira da sala. Após isso, Beth, comenta sobre os próximos passos a serem tomados para os tratamentos de Ismália, negociações foram feitas por aplicativo de mensagem.

Após as negociações feitas por Graça, os atendimentos de atenção à saúde foram realizados ainda na mesma semana, medicamentos foram prescritos e Ismália procurava meios de iniciar o tratamento. Graça me passa essas informações por meio de aplicativos de mensagem instantânea. Ela ainda me pede ajuda para conseguir os medicamentos para o tratamento de Ismália, eu havia comentado que conhecia uma assistente social na rede municipal de atendimento. Procurei o contato de minha conhecida, que prontamente me respondeu com o protocolo de procedimento a ser seguido.

Ismália volta a ASTRAL depois de uma semana do primeiro encontro, estava ativa, expliquei a ela o procedimento que ela precisaria fazer para acessar a medicação para seu tratamento. Ela precisaria ir a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), e explicar sua situação para os profissionais da unidade de saúde familiar ajudá-la com os documentos necessários para que ela pudesse ter acesso aos medicamentos.

Nesse segundo atendimento Beth indica Ismália para um programa do Ministério Público de Goiás que fornece cursos de formação profissionalizante para pessoas socialmente vulneráveis. Ismália de início refuta, acredita que esse curso lhe renderia apenas um diploma e sua necessidade é imediata, e Beth, explica que ela receberia uma ajuda de custo enquanto faz o curso e que esse dinheiro a ajudaria, mas adverte sobre o comprometimento e pede que apenas aceite se ela tiver disposta a se dedicar e explica da importância do projeto e que a falta de compromisso podia retirar a oportunidade de outra pessoa, uma vez que as vagas para o curso de formação eram limitadas.

O curso de formação era uma boa oportunidade, mas Ismália ainda se mostrava apreensiva. Graça e eu notamos a apreensão de Ismália, e perguntamos se tinha alguma dúvida, e então ela revela não ter roupas para ir diariamente ao curso, não era coincidência que ela usava a mesma blusa preta e calça jeans, essas eram as únicas peças de seu armário que cobria o corpo e conseqüentemente encobria o dispositivo eletrônico em seu tornozelo.

Beth escuta a preocupação e oferece peças do brechó de forma gratuita. Graça e eu havíamos arrumado as peças do brechó para fotografar e colocar na loja *on-line*. Beth pediu para que eu e Graça auxiliássemos Ismália a procurar nas araras, caixas e prateleiras roupas de seu tamanho, e assim fizemos. Separamos algumas peças para Ismália experimentar, e Beth nos advertiu em relação a quantidade de peças retirando da pilha algumas roupas.

Naquela tarde ensolarada de Abril, Ismália me chama para acompanhá-la pelas ruas do centro da cidade a procura de uma carteira de cigarros, eu não sou fumante, mas como quem acompanha uma amiga ao fumódromo ou ao banheiro em uma balada, desço com ela até o térreo do prédio comercial onde está localizada a sede de ASTRAL, e seguimos para um beco e ao nos deparamos com uma pequena praça onde tem alguns bares, percebo os olhares dos homens que estão nesses bares em nossa direção, Ismália entrelaçou seu braço ao meu e seu corpo tremia ao

adentramos no bar. Não havia a carteira, seguimos para uma banca de jornais na Avenida Central, onde ela comprou suas carteiras de cigarros e pediu informações sobre o bilhete único do transporte público, e por fim voltamos a sede da ONG.

De volta à sede da ASTRAL, nos preparamos para encerrar o dia de atendimentos, arrumamos as cadeiras e fechamos as janelas. Um tempo se passara, Ismália carregava uma sacola plástica com a roupa e eu uma mochila preta de couro. Quando descemos ao térreo uma chuva forte começou a cair e esperamos juntas por carros de aplicativos, meu carro chegou primeiro e, eu me despedi de Ismália com um abraço, era nosso último contato. Ismália não se interessou em me dar uma entrevista.

### 3.3. O Sistema, a necropolítica e o biopoder

Observando os procedimentos e o processo de Ismália, algo me salta aos olhos. Por não ter feito a retificação de seus documentos pessoais, Ismália é chamada pelo nome de batismo, há menção ao seu nome social no protocolo, mas ele vem em segundo plano e não é usado. Nos arquivos disponíveis ela é tratada no masculino e chamada por seu nome de registro, mesmo sendo direito seu usar o nome social e ser chamada por esse nome o sistema insiste em chamá-la no masculino.

Explico isso para debater um tema que aqui é relevante, o processo tem diversos despachos, em que se debate a competência. Àqueles que não conhecem o jargão jurídico despacho pode ser compreendido como os pronunciamentos do juiz, são decisões feitas ao longo do processo, não tem poder de condenação, ou seja, não tem força de sentença. Em relação à competência, trata-se de definir onde o processo pode ser julgado, esse trâmite segue alguns requisitos, mas não entrarei na seara dos requisitos, eles não são relevantes nesse caso.

O importante aqui, é compreender como o sistema nas diversas esferas do poder estigmatiza Ismália. Os despachos versam sobre competências, o processo passa por diversas varas, entenda vara aqui como departamentos, mas esses procedimentos são virtuais. Os despachos demonstram uma confusão sobre os marcadores de gêneros no processo, isso porque, existem departamentos específicos para julgar crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, mas esse departamento diz não ser ele o competente, e nesse tramitar de procedimentos mais de um ano se passou, e o departamento competente ainda não foi definido.

A identidade de gênero é um marcador importante do procedimento no sistema penal, pois processos como o de Ismália, são comuns e demonstra o despreparo do aparato jurídico-penal para lidar com a população LGBTQIAPN<sup>+</sup>, onde ignoram o direito ao nome social, promovem o estigma, e adoecem aqueles que o atravessam. Chamar Ismália por pronomes masculinos e por seu nome de batismo é degradante, mas o sistema e os aplicadores do direito não se importam.

O sistema cisheteronormativo não privou Ismália de sua liberdade a aprisionando em uma cela, mas a exclui quando ignora seus direitos a ser chamada pelo nome social no procedimento, à sua dignidade quando compromete seu trabalho com o uso da tornozeleira ampliando sua vulnerabilidade e a adoecendo. O

sistema mata Ismália um pouco a cada dia. Esse processo foi chamado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, em *Necropolítica* (2018), de altericídio, seria negar o outro.

Para compreender altericídio, é necessário compreender o biopoder, conceito desenvolvido por Michel Foucault, que entende haver uma divisão entre “causar a morte ou deixar viver” (Foucault, 1999a, p. 130). Nesse sentido, compreende-se haver uma divisão de grupos e subgrupos, e essa concepção de vida e morte parte do espectro biológico, o racismo elucida uma expressão do que é o biopoder.

O racismo demonstra como as determinações biológicas depreende o direito soberano de matar ou deixar viver. A partir do entendimento de biopoder é preciso compreender as dimensões do estado de exceção e a criação do inimigo.

O entendimento do estado de exceção, estabelece um constante estado de insegurança, em que é necessário estar preparado para um ataque a qualquer momento. Desse modo, instaura-se o estado de exceção para relativizar garantias temporariamente, com o intuito de preservar direitos. A sensação de insegurança cria a falsa percepção de que é necessário renunciar a direitos temporariamente para garantir direitos. E isso se justifica pela criação de um inimigo ficcional que representa um inimigo iminente que precisa ser eliminado.

O conceito de biopoder desenvolvido por Foucault, segundo Achille Mbembe não compreende suficientemente as políticas de vida e morte da contemporaneidade, para ele:

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõem a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula como o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2018, p. 17).

Para Achille Mbembe, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa”, é a expressão do necropoder que combina a disciplina, biopolítica e necropolítica estruturando a dominação sobre determinados grupos e territórios (Mbembe, 2018, p. 41). As ações são institucionalizadas e instituídas de

modo a estabelecer quais são os corpos matáveis e quais são os corpos que viverão.

O estabelecimento de grupos puníveis e não puníveis de forma institucionalizada, é evidente quando olhamos para histórico brasileiro escravocrata como exemplo. A partir do conceito apresentado pelo filósofo camaronês, é possível afirmar que a necropolítica volta-se para os grupos sociais subalternizados, como negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN<sup>+</sup>, e outros. Aquilo que não compreende o grupo soberano branco, masculino e heteronormativo são alvos das políticas de abandono.

É importante compreender, que a Achille Mbembe, não nega que o Estado promova a vida, mas sim que ele age em prol da morte de grupos subalternizados. Portanto, o autor conclui que:

[...] as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Tentei demonstrar que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropoder e de necropolítica para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima das pessoas e criar 'mundos de morte', formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos' (Mbembe, 2018, p. 71).

Entendido, o conceito de necropoder, como a institucionalização de uma política de morte, em que grupos subalternos são negligenciados de políticas públicas e vítimas contumazes do poder de matar. Compreendida a gestação da política atual, dentro dos grupos subalternos, encontramos as mulheres transexuais e travestis como um dos grupos mais vulneráveis. A ausência de políticas de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIAPN<sup>+</sup> e do transfeminicídio, nos possibilita entender que há, no Brasil contemporâneo, uma necropolítica trans.

O corpo trans subverte a normatividade imposta, a política de controle sobre os corpos opera de forma contundente em corpos que irrompe a normalidade e está desprovido de direito e liberdade e em completa abjeção. O cotidiano de violências e negativa de direitos e garantias colocam as pessoas trans frente ao que Berenice Bento vai compreender como expulsão informal, seria a perda de direitos à

educação, lar e trabalho que levam pessoas transexuais e travestis à subalternidade. Podemos compreender também como uma morte-social de pessoas promovida pelas dinâmicas da subversão da ordem e a higienização dos espaços públicos (Bento, 2006).

As pessoas transexuais e travestis, podem ser compreendidas como o *homo-sacer*, o ser não-cidadão, a figura romana descrita por Giorgio Agamben, como a aqueles que tem a vida nua, aqueles que não tem direitos ou cidadania e não são reconhecidos por parte do Estado ou pelas instituições sociais e morais (Agamben, 2007).

A partir dessa exposição sobre biopoder e necropolítica, tratarei sobre a relação entre a necropolítica e os direitos humanos. Não se trata aqui de um resgate histórico de como os direitos humanos foram criados, quais suas abstrações ou como superamos os paradigmas do acesso aos direitos humanos, mas, sim, como os direitos humanos são usados como ferramenta de controle dos corpos sob o pretexto da liberdade (Douzinas; Brandão, 2021).

Durante a historicidade dos direitos, a justificativa biológica era um artifício para a exclusão dos sujeitos, e como era preciso estabelecer elementos sólidos que embasasse essa ideia, utilizavam, e ainda utilizam, a ciência como uma explicação lógica da diferença. Um exemplo desse artifício sera as explicações de superioridade da raça, branco superior ao negro, homem superior a mulher, cristãos superiores aos judeus (Hunt, 2009). Assim, os direitos humanos abriram margem para o estabelecimento de formas de ação violentas para assegurar garantias.

Em suma, os direitos humanos não são respeitados em relação aos grupos subalternizados. A justificativa do necrobiopoder, o controle sobre os corpos transexuais e travestis, a ausência de políticas que garanta as suas existências são expressões de como os direitos humanos excluem alguns em detrimento do outro hegemônico e soberano (Mbembe, 2018).

Para compreender os direitos humanos como ferramenta na necropolítica trans é preciso explorar o conceito da transexualidade, que como Berenice Bento sugere, “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelos conflitos com as normas de gênero” (Bento, 1970).

Como Berenice Bento, coloca:

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos (Bento, 1970, p. 20)

O enfrentamento da cisheteronormatividade se dá pela desnaturalização da tríade sexo/gênero/desejo, conforme veremos a seguir, Judith Butler, desenvolve a compreensão de que quando nos referimos a sexo estamos tratando daquilo que é natural, e gênero como uma construção social.

Ante ao exposto, Judith Butler coloca que,

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (Butler, 2003, n.p.).

A Constituição Federal de 1988, normatiza os direitos fundamentais, no entanto, a codificação não são garantias de sua eficácia, essa perspectiva fica clara quando vemos os dados sobre as mortes de mulheres transexuais e travestis no Brasil. O transfeminicídio e a ausência de políticas de combate à violência destinada a esse grupo em específico demonstram as vulnerabilidades e a necessidade de reafirmação daquilo que é inerente ao ser humano, os dados revelam ainda uma perspectiva de quem é o ser humano que esses direitos tutelam, uma vez que, para mulheres trans e travestis encontramos a negativa do indivíduo enquanto ser digno de humanidade. Subverter a ordem cisheteronormativa vigente, coloca essas pessoas em situação de vulnerabilidade de seus direitos e garantias.

Os Direitos Humanos e fundamentais, essencialmente no art. 5º da CRFB/88, e nos art. 1º e 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, alicerçam as reivindicações dos grupos subalternizados, uma vez que são esses direitos declarados que garantem e asseguram que independentemente da cor, todos os seres humanos, são livres, iguais e possuem dignidade.

As declarações, pactos e tratados de direitos humanos precisam estar adequadas para as realidades socioculturais particulares de cada local. A visão de

direitos humanos universais, hegemônica com bases eurocêntricas não é capaz de traduzir as especificidades dos países que foram colonizados, por exemplo, sendo necessário, uma visão crítica dos Direitos Humanos a partir da interculturalidade (Flores, 2008).

As mulheres transexuais e travestis encontram-se em situação de constante vulnerabilidade e apagamento, em que sua existência é subalternizada em detrimento de um poder exercido pelo Estado soberano em que se gerencia quem é passível de viver e quem não é, fundamentado no necrobiopoder. A disposição do modelo de violência de gênero e transfobia, controla os corpos de subgrupos específicos, fazendo com que a circulação e existência dessas pessoas sejam dependentes das dinâmicas do Estado.

### 3. ASTRAL

#### 3.1. Identidade Coletiva

As elaborações feitas neste capítulo surgiram a partir da primeira visita ao espaço da ASTRAL. Era uma sala comercial localizada em um edifício no centro da cidade. Ao adentrar tal espaço, me deparei com o que seria a recepção, portanto, um pequeno cômodo cheio de caixas, engradados de água e de suco, manequins, uma geladeira, artesanatos, quadros, pinturas e molduras que se encontravam encostados nas paredes ou pendurados. Havia ainda alguns utensílios domésticos e eletroportáteis, como micro-ondas, cafeteira, todos amontoados.

Mais adentro, cruzamos a segunda porta, onde estava uma bandeira do orgulho pendurada na porta que dividia os ambientes; no mesmo espaço, um banheiro à direita e araras repletas de roupas, seguidas de uma mesa de escritório com doces, balas e pirulitos em potes; na mesa de plástico, estava um jogo de xícaras de café, o busto de um manequim apoiado, álcool em gel e uma sacola de máscaras de tecidos. Dois computadores empilhados sobre uma impressora completavam a organização do lugar, juntos a armários de escritório de aço, mais roupas em sacolas no chão e algumas cadeiras de plástico, encaixadas umas sobre as outras.

A princípio, enquanto Beth atendia às outras pessoas que a esperavam naquela tarde, e explicava como acessar serviços e políticas públicas, à exemplo do CadÚnico<sup>15</sup> e do CAPS<sup>16</sup>, eu observava o espaço, a sala apertada em que estávamos, o brechó composto por roupas penduradas em diversas araras, manequins e amontoadas em caixas e sacolas por falta de espaço; seguia-se a ONG, com documentos, panfletos, livros e outros, guardados em caixas de arquivo dentro de um armário de aço que tinha suas portas seguradas por um manequim feminino de corpo inteiro.

---

15 O Cadastro Único é um registro do Governo Federal que reúne informações de famílias brasileiras em situação de pobreza ou extrema pobreza, tendo por objetivo conhecer a realidade socioeconômica dessa população e criar políticas públicas que ajudem essas famílias.

16 CAPS são Centros de Atenção Psicossocial, uma ramificação dos trabalhos do SUS (Sistema Único de Saúde) que visam o atendimento de pessoas com transtornos mentais e emocionais, bem como vícios, de forma humanizada e buscando diminuir as exclusões sociais, enquanto promove as integrações familiar e social.

Beth puxou a cadeira de sua escrivaninha, onde ficava seu computador e uma impressora, incensos, bibelôs e santos, e sentou-se de frente para nós - enquanto uma amiga dela, que visitava o espaço, mexia em uma das araras de roupas - e começou a contar como tudo começou, como sua história e a da ASTRAL se cruzaram e se fundia. Enquanto Beth falava com as pessoas, eu me perdia em pensamentos de como aquele lugar peculiar, e a alguns olhos, caótico e ao mesmo tempo poético, refletem as personalidades e expressão de quem é a Beth. Mas falaremos sobre a história de Beth em outro momento. Gostaria de falar primeiro sobre a instituição ASTRAL.

Começarei pela história da ASTRAL e, mais uma vez, sinto-me na obrigação de lembrar que os relatos não foram trabalhados de forma linear, retilínea ou cronológica. Em grande parte, segue o fluxo de pensamento de Beth, que faz associações de temas e pessoas, bem como conta sua história e trajetória de vida. E, por mais que eu buscasse organizar e colocá-las centralizadas em um só eixo de pensamentos, não o consegui fazer, porque em alguns momentos em que organizava os dados, eu considerei relevante a pausa ou a fuga, ou os comentários fora do tema, afinal eles mostram como as pessoas expressam suas subjetividades e como a ASTRAL reflete a Beth, e a Beth reflete a ASTRAL.

A ONG foi criada nos anos 2000, por um amigo de Beth (homem cisgênero homossexual) que era *drag queen*<sup>17</sup>. Era o momento da “peste gay”, ou seja, é sabido que os anos 90 (noventa) foi marcado, historicamente, pela pandemia da AIDS, uma síndrome imunossupressora descoberta no final dos anos 80 (oitenta) que assolava o mundo de forma avassaladora e promovia um estigma e preconceito contra a população LGBT. Beth demarca direcionando sua fala a mim - “você era uma criança nessa época” - e para outra pessoa na sala diz - “e você era um bebê de colo ou não tinha nem nascido ainda”.

Nesse momento, Beth faz um pequeno desvio para marcar sua trajetória, enquanto o amigo criava a ONG ela assinala que estava fazendo pós-graduação em uma grande capital do país sobre o processo transexualizador no Brasil, e reivindicando o direito de que a cirurgia de redesignação sexual fosse feita em hospital público e o atendimento de saúde das pessoas transexuais no país fosse

---

<sup>17</sup> *Drag queen* é a denominação atribuída às artistas que se vestem de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual. (JESUS, 2012, p. 27).

ofertado pelo Sistema Único de Saúde. Marca que é também nesse período da pós-graduação que ela inicia seus estudos sobre tráfico de pessoas, isso decorre do fato de algumas mulheres transexuais deixarem o Brasil para ir se submeter a cafetinas na Europa e conseguir dinheiro para pagar por suas cirurgias em países que ofereciam esse procedimento.

No início da ONG, essa era composta, majoritariamente, por homens cisgênero homossexuais e faltava diversidade para travar o debate. Beth, que estudou em Campinas- SP, fala sobre naquela época a sigla ser GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Junto a ASTRAL, Beth, acompanhava alguns trabalhos e intervenções, mas ainda não liderava a mesma, a mudança de gestão decorreu do fato de que as pessoas à frente da organização não conseguiram prestar conta das atividades e apresentar os documentos necessários, e deixaram as atividades da ONG por causa do trabalho e de suas trajetórias pessoais.

E em 2004 (dois mil e quatro), a Beth decidiu assumir a organização, mudando seu estatuto e fazendo uma reestruturação e dando o nome de ASTRAL, usando um termo guarda-chuva para abarcar a diversidade. ASTRAL é a Associação dos Travestis, Transexuais e Transgênero de Goiás, esse nome foi pensado para incluir o máximo de pessoas da comunidade. A ASTRAL tem em seu estatuto constitutivo a determinação de que a gestão da ONG será sempre passada para uma pessoa trans.

Aí a ASTRAL vem, mas mudando concepção de direitos. Porque aí eu trago o tema do tráfico de novo. Porque nós não tínhamos a cirurgia aqui. Veio aparecer a cirurgia muitos anos depois com a doutora Mariluzza no Hospital das Clínicas, que já chegou a falecer, né? Então aí, a ASTRAL foi a primeira a falar em processo de transexualizador. A ASTRAL foi a primeira a falar em Direitos Humanos. ASTRAL é a única instituição no mundo a discutir sobre tráfico de pessoas com pessoas trans. Aí você vai me perguntar, por quê? Porque as minhas amigas foram traficadas (Beth Fernandes, 2023)

No trecho acima, Beth fala sobre as mudanças na ASTRAL, a mudança na gestão acarretou também uma mudança do discurso. Se no início da fundação o debate se desenrolava em torno da AIDS/HIV, a partir da reestruturação a discussão passa para o processo transexualizador, e conseqüentemente mudando a concepção de direitos humanos de pessoas transexuais e travestis no Estado de Goiás.

Aqui percebo como as personalidades física e jurídica em muitos momentos se juntam. Beth, faz das suas pautas de pesquisas e debates as pautas da ASTRAL. E juntas passam a debater sobre o processo transexualizador em Goiás, e retoma também o debate sobre o tráfico de pessoas transexuais e travestis.

Beth, estuda tráfico de pessoas e migrações sexuais porque esses temas estão presentes na vida de diversas pessoas que buscam atendimento na ONG. Ela também explica as razões pelas quais as mulheres trans passam por esse processo no trecho abaixo:

Sabe de onde eu tirei, que é uma travesti migra. Ela quer ter a corporeidade dela ter o corpo dela, ela quer ter peito, ela quer ter bunda e ela não vai fazer isso lá na rocinha. Ela vai mudar para Goiânia e colocar o silicone e vai fazer sua transformação. Só volta para Rocinha depois de transformada gata. Isso é uma migração sexual (Beth Fernandes, 2024).

É possível perceber a todo momento que os debates levantados pela Beth dentro da ASTRAL a atravessam de forma pessoal, trabalhar com o processo de transição passa por sua própria história de transição, e por isso diz ter colocado no estatuto da ONG a obrigatoriedade de uma pessoa trans presidir a instituição; é importante falar do processo de transição com o olhar de quem vive esse processo no mais íntimo.

Outro momento em que observo os atravessamentos é quando ela fala sobre o atendimento público de saúde, por não ter profissionais empáticos e capacitados para atender de forma humanizada, e relata:

Uma vez tive uma infecção, eu já tinha feito minha cirurgia de transição, e uma médica na unidade pública de atendimento (UPA) a saúde, disse na minha cara dentro do consultório – eu não sei tratar esse tipo de gente não – eu estava com dor e febre me levantei e fui embora (Beth Fernandes, 2023).

O Estado de Goiás, só passa a fornecer o processo transexualizador<sup>18</sup>, após extenso trabalho, ativismo e luta da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluzza Terra, que iniciou o Projeto

---

18 O processo transexualizador consiste em um conjunto de procedimentos e assistências prestadas à comunidade transgênero. Esse processo inclui o uso do nome social, terapia hormonal, mastectomia, mamoplastia de aumento, cirurgia de redesignação de gênero, assistência psicológica, entre outros procedimentos.

Transexualismo<sup>19</sup> no Hospital das Clínicas, da Faculdade Medicina na Universidade Federal de Goiás. O programa foi interrompido diversas vezes por falta de profissionais e recursos públicos. Atualmente, o Hospital Geral de Goiânia – Alberto Anis Rassi (HGG), oferta o atendimento e conta com equipe multidisciplinar para acompanhar os pacientes que procuram a rede básica de saúde.

Falarei mais sobre a história de Beth em um tópico específico, mas aqui gostaria de colocar uma fala dela sobre o processo transexualizador e como ela estava presente na luta por essa política pública no Brasil. Beth, estava presente na história da primeira cirurgia de redesignação sexual feita em Hospital Público no Brasil em 1998. Bem, segue o relato:

[...] eu comecei a pensar assim, lá em 1992 eu comecei a trabalhar a cirurgia trans. A cirurgia trans feita no hospital das clínicas da Unicamp né. Foi Bianca Magro, né. Onde fez a primeira cirurgia, Beth Fernandes, tava lá ela existia estava lá dentro do hospital. Estudando e participando. Beth, era chamada por aquele nome morto. Todo mundo sabia. É a louca que estuda aqui (Beth Fernandes, 2024).

A trajetória institucional da ASTRAL vem passando por diversos debates de direitos humanos. Em 2010, Beth lembra que a pauta trabalhada era a violência contra a população transexual e travestis no Brasil. Beth diz, “essa época foi babado viu, todo dia tinha uma trans morta na esquina. Por que qual é o mercado de trabalho? A prostituição”. E assim, a ONG vai passando por diversas discussões, como a expulsão de casa e a exclusão da escola.

Durante os anos de trabalho a ASTRAL passou por diversos recortes, e chegamos ao meu campo de interesse, a relação da ONG com a prisão de pessoas trans\* no Estado de Goiás. A ASTRAL começou a discutir a desproporcionalidade da violência contra a população transexual e travestis e os crimes de ódio. E passa a responsabilizar a segurança pública do Estado por essa violência. Como expressa Beth: “não dá para eu ir em determinado lugar e o policial ficar apontando pra mim, porque eu vou perguntar qual o problema dele, entendeu, o problema dele pessoal é uma coisa, mas o profissional é outra que ele tem que dar conta”.

Goiás é um Estado conservador e a principal bandeira do Governo estadual

---

19 É importante ressaltar que o referido projeto foi elaborado no final da década de 1990, em que o termo “transexualismo” ainda era aceito. No século seguinte, o sufixo “ismo”, atribuído às condições patológicas, passou a ser desconsiderado e tido como pejorativo, sendo substituído pelo sufixo “idade”, equivalente a estado ou quantidade. Foi assim que surgiram os termos homossexualidade, transexualidade, por exemplo.

tem dizeres próximo a “aqui bandido não se cria, morre ou tem que mudar de profissão”. A segurança pública falha com as pessoas subalternizadas. Beth, coloca com certa indignação: “porque a segurança pública não consegue discutir isso, porque a segurança pública não dá conta de ver isso”, isso a que Beth se refere é a violência contra a população transexual e travestis. Destaco um trecho da entrevista em que Beth fala um pouco sobre a violência:

A ASTRAL. Ela veio da história da AIDS, da prevenção primária que era o preservativo que temos até hoje. Discussão do preservativo, a questão do atendimento à população soro reagente, passamos por isso tudo. A questão dos direitos humanos no afim dos direitos humanos mesmo, que é a violência contra a população trans, a violência contra a população LGBT no estado de Goiás que é muito grande, muito mesmo. Não é pouco. Nós somos um estado retrógrado em relação a isso. É um homem de botina, cheirando coturno, estrume de vaca, chapéu, gritando eu mato, eu faço isso (Beth Fernandes, 2023).

Assim, Beth passou a promover cursos de capacitação para a força policial do Estado, com diretrizes de tratamento para com a população transexual e travestis. E diz surtir efeito: “um policial que agride uma pessoa trans só por ser pessoa trans\* é crime, ele vai pagar pelo crime? não vai, ele não vai ficar preso, mas já imaginou ele ficar duas horas escutando Beth falando no ouvido dele. Não é uma penitência boa?” (Beth Fernandes, 2023). Esses recursos são usados por Beth, em diversos momentos como resposta à opressão por meio da aversão, “se esse policial não quer mais ver a Beth falando na cabeça dele, ele não vai mais repetir a merda” (Beth Fernandes, 2023).

Beth e a ASTRAL receberam prêmios, colocou seu nome no mapa da Organização das Nações Unidas (ONU) como ativista contra o tráfico de pessoas, e menções honrosas pelo trabalho de acolhimento e, explica:

A trans que tá na esquina pelada com droga, tá pedindo socorro. Você sabia disso? Ela tá pedindo socorro para as pessoas. Será que as pessoas não veem que ela tá pedindo socorro? E que ela tem que ser socorrida, de uma forma digna e humana.” E assim, Beth chega nas mulheres transexuais e travestis em situação de cárcere e após o cárcere. “Essa que tá pedindo socorro que você não ajuda ela vai roubar na banquinha, ela vai roubar num lugar e ela vai cair presa (Beth Fernandes, 2023).

E pensando no que fazer com as mulheres transexuais e travestis intra e

extramuros que a ASTRAL tenta oportunizar para elas condições de emprego, moradia e estudo a fim de que não voltem para a rua ou voltem a reincidir. Beth fala, “se a gente não oferecer elas não têm outra chance” (Beth Fernandes, 2023).

Os esforços de Beth/ASTRAL na educação e na profissionalização é uma forma de inserir essas mulheres no campo sócio-político dos quais elas foram excluídas. A perspectiva é de, parafraseando Angela Davis, quando uma mulher trans\* se movimenta, toda uma estrutura se movimenta junto, ou a célebre premissa de quando uma sobe e puxa a outra. Beth por meio da ASTRAL está movimentando toda a estrutura da sociedade conservadora.

Beth, me diz que o processo foi longo e levou tempo para a ASTRAL atender as demandas da população trans encarcerada.

As pessoas acham que as portas sempre estiveram abertas para mim no presídio, mas nem sempre foi assim hoje eu entrego meu documento e entro porque eu já faço isso há muitos anos. É um projeto do Estado ofertar comida, mas não fazem e aí vou lá e arrumo a Cobal delas (Beth Fernandes, 2023).

A ASTRAL tem uma decisão das autoridades competentes que a autoriza a entrar nas Unidades Prisionais do Estado de Goiás, para as visitas e levar atendimento às pessoas da LGBTQIAPN+. E Beth tem orgulho desse documento quando o menciona, diz ser a ASTRAL a única ONG no Estado a ter esse Alvará, e de ser a única com sede para funcionamento, as ONGs defensoras dos direitos da população LGBTQIAPN+ não possuem espaço físico.

Beth debruça um pouco mais sobre a questão assistencial às mulheres transexuais e travestis, “que pai vai visitar uma filha trans ou um filho gay no presídio” e ela afirma que não tem fila no dia de visita para essas pessoas. E diz escutar de pai “a disgrama não serviu nem pra ser viado” (Beth Fernandes, 2023). Esses fatores se somam ao fato de que a população da “Ala LBGT” ser flutuante, e Beth explica:

[...] as pessoas não conseguiram se assumir no seu contexto familiar, foi retirada de casa, a expulsão é subjetiva, então ela não saía da minha casa porque você é viado, a expulsão acontece entre as linhas - não gosto do teu jeito – implica vai tendo umas coisinhas chatas assim. E aí de uma hora para outra você encontra com um na rua e pergunta o que você está fazendo aqui sua família tem dinheiro porque você tá na rua – Ah Beth meu pai todo dia dava um tapa na

cara da minha mãe e falava que minha mãe tava apanhando porque tinha dado um filho viado a ele, então para a mãe para de apanhar e o pai dar essa desculpa eu saí de casa – violência doméstica justificada na LGBTfobia (Beth Fernandes, 2023).

A exclusão das pessoas LGBTQIAPN+ dos primeiros espaços Beth ensina às mulheres trans\* e travestis como negociar com o meio o seu acesso aos espaços públicos:

Quando chego, por exemplo, para uma trans e ela quer chutar o balde dentro da escola, eu falo querida negocia você vai precisar desse diploma mais na frente. Negocia isso tá? Ah, mas eu não aguento Beth. Vamos negociar sabe? Se o professor não quer te chamar pelo nome que você entra com um processo, juridicamente você tem o direito de ser chamada pelo nome que você quer. Isso é jurídico, tem lei, portarias eu te dou tudo. Mas se ele mesmo tendo lá na chamada escrito fulana e não quer te chamar de fulana, não vai dar chilique, falar que vai matar ele rasgar um trem, que nem, fui numa escola agora uma queria pegar uma faca e cortar o carro do professor todo. Eu falei vai ficar com dívida à toa você já é pobre amor vai ficar mais pobre negocia isso para você nunca mais ver a cara desse povo. E como você negocia? Na clandestinidade? Não. Porque o povo sabe de você arremata com outras condições, foi isso que fui ensinando as trans a fazerem. Você tem um trabalho de escola para fazer então faz sobre pessoas travestis e transexuais (Beth Fernandes, 2024).

Outro momento em que Beth, fala sobre aprender a negociar com o meio social para transitar nos espaços sociais ela destaca:

Eu não vou enfiar um short no c\* e vou entrar no Fórum. Com short no c\* não se entra num Fórum assim. É outra roupa. Elas vão ter que aprender sobre isso. Postura, comportamento. Tudo isso elas vão ter que aprender porque elas não aprenderam isso em casa. Elas não tiveram isso em casa. Muitas foram expulsas mesmo e foram aceitas depois [...]. [...] Porque 90% das trans que eu conheço, são as que ficam pra depois cuidar, eu fiquei para cuidar da minha mãe e do meu pai (Beth Fernandes, 2024, grifo da autora).

Beth ensina mecanismos para as mulheres transexuais e travestis navegarem pela sociedade de modo a resistir, não no grito e no ódio, com sede por vingança, porque ninguém as escutam, mas usando a raiva, pensando estratégias de fazer o outro sentir desconforto ao ter que ler o que fora escrito sobre si e sobre os seus.

Beth, vislumbra mais mudanças por vir pós-pandemia, e novas demandas

surgirão, segundo ela “o tráfico não é mais a mesma coisa”. Fala sobre uma crescente do tráfico de homens transexuais para o exterior, e diz “há muito fetiche sobre o corpo trans masculino, as pessoas pagam para verem eles gozarem, olha como é doido o fetiche na cabeça das pessoas” (Beth Fernandes, 2023).

Outro ponto de destaque e mudança apontado por Beth, são as novas formas de monetizar com a prostituição na era virtual, por meio de aplicativos de comunicação em que você pode vender fotos, vídeos e fazer lives em tempo real as conhecidas *sexcam* ou *onlyfans*<sup>20</sup>. Acrescenta um tema, que atravessa o ageísmo<sup>21</sup>, mulheres trans assim como ela estão envelhecendo, e ela começa a perceber a necessidade de falar sobre como o idadismo afeta essa comunidade:

Então a ASTRAL né, ela tem esse caminho conforme a demanda. Eu sei que vai mudar. Pós Pandemia o tráfico não é a mesma coisa. Sabe eu outro dia estava com uma amiga minha, ela me deu carona, ela falou, Beth, fulano te viu, não sei o que e perguntou qual é o seu número para fazer um programa, que faz prostituição online? Vocês já viram isso? O mundo da pandemia tem um outro ritmo (Beth Fernandes, 2023).

As demandas da ASTRAL refletem também os atravessamentos de Beth. Em uma das conversas, ela explica que começou a estudar o tráfico de pessoas ao ver suas amigas iniciarem a transição no Brasil, ainda no início dos anos 2000, e irem para a Europa para juntar dinheiro e fazer suas cirurgias. No entanto, essas moças eram agenciadas por outras pessoas, e isso, para Beth, configurava tráfico de pessoas, embora essas mulheres trans não reconhecessem essa relação como tal.

E por essa razão, Beth, começa a voltar os debates da ASTRAL para o idadismo, uma vez que ela está envelhecendo e, como para uma mulher trans no Brasil, a expectativa de vida é de em média 35 anos, envelhecer para essa comunidade, e superar a expectativa de vida, é algo pouco vivenciado. É preciso estudar e compreender como é envelhecer para essa população e como a terapia hormonal atua em seus corpos ao longo desse envelhecimento.

---

<sup>20</sup> *Onlyfans* é uma plataforma de conteúdo digital para o público adulto. O serviço consiste em publicar fotos, vídeos e textos aos seguidores que o acessam por meio de uma assinatura mensal.

<sup>21</sup> Ageísmo é o preconceito e a discriminação contra pessoas por causa da idade. O termo também é conhecido como etarismo ou idadismo.

Diante disso, me ocorreu perguntar a Beth em uma de nossas conversas como seria o futuro da ASTRAL se ela faltar, ou precisar se ausentar, ao que ela me respondeu:

Olha, a ASTRAL é a única ONG LGBTQIAPN+ que oferta atendimento presencial em sua sede, em Goiás deve ter cerca de umas 10 ONGs registradas, mas elas mantêm presença no meio virtual, funcionam na casa das pessoas, é difícil manter um espaço comercial só para uma ONG. Tem gente para continuar esse trabalho que faço até tem, mas ela vai funcionar de outro modo né, no mundo virtual, uma pessoa na frente do computador num quatinho de sua casa (Beth Fernandes, 2023).

A fala de Beth reflete a preocupação e a necessidade de um espaço físico para atender pessoas. A ONG havia fechado sua sede anteriormente devido às dificuldades de manter os aluguéis sem incentivo financeiro estatal. Enquanto escrevo, Beth entra em contato para me convidar a visitar a nova sede da ASTRAL.

O hiato das atividades presenciais da ONG acabou. No momento final dessa escrita, Beth alugou, com financiamento público, duas salas comerciais em um prédio no centro da Capital, onde estão o brechó, o escritório e um espaço de socialização com café na primeira sala. Na segunda sala, Beth quer montar uma sala de cursos profissionalizantes para as mulheres trans em situação de vulnerabilidade aprenderem um ofício.

Beth acredita que a ONG deve sempre ter um espaço físico no Centro de Goiânia e a ASTRAL funciona assim durante mais de 20 anos de atividades. O centro de Goiânia é lugar estratégico para acessar as mulheres trans que trabalham com a prostituição. Em ruas do Centro como a Paranaíba, Alameda Botafogo, Avenida Goiás e outras, são pontos fixos de mulheres trans que trabalham na noite e costumam passar na ASTRAL para pegar preservativo, lubrificante e testes rápido de HIV, bem como informações e conversas com Beth e ainda comprar algumas peças de roupas no Brechó da Astral. E luta para manter uma sede funcionando.

### 3.2. Transfeminismo e Mulheridades

Abro esse tópico com essa fala da Beth Fernandes, a fim de explicar de forma breve o transfeminismo e mulheridades:

O que está lá dentro daquele campo chamado universidade dessa Teoria *Queer* desse lugar não chega aqui na sociedade, fica naquele campo. Aí eu tenho que pegar aquele mandato, aquele lugar, aquela narrativa, aquela fala, interpretar para o senso. E eles receberem. Essa interlocução cansa. Vai cansando a gente (Beth Fernandes, 2024).

A fala de Beth expõe o distanciamento estrutural existente entre a produção acadêmica e o tecido social mais amplo. No trecho em destaque, ela chama a atenção para uma espécie de enclausuramento epistemológico: o conhecimento produzido dentro da academia permanece, muitas vezes, confinado a seus próprios círculos, afastado das vivências concretas das populações que, teoricamente, deveriam ser impactadas por essas reflexões.

A fala da entrevistada também evidencia a necessidade de um trabalho de tradução e mediação cultural, ou seja, é preciso alguém para traduzir os discursos complexos em linguagens acessíveis ao "senso comum", tornando possível que essas narrativas sejam compreendidas e apropriadas pelas comunidades. Essa tarefa de mediação, no entanto, não é neutra nem simples; ela é árdua, emocionalmente exaustiva, e recai de maneira desproporcional sobre sujeitos que já vivem experiências de subalternização.

É possível extrair também da fala de Beth uma crítica à produção de conhecimento que se descola da práxis social, no sentido de que a universidade, embora produza saberes transformadores no campo teórico, falha em construir relações efetivas com os espaços populares. Esse cenário tensiona a função social da universidade e leva a questionar quem, de fato, se beneficia do saber que ela gera e quais corpos e experiências são considerados legítimos produtores e transmissores de conhecimento.

Por fim, a fala de Beth também revela uma contradição: enquanto acadêmicos propõem teorias que buscam romper com normas e margens, suas

práticas acadêmicas muitas vezes se enredam em lógicas excludentes, que exigem intermediários para alcançar quem está fora da universidade. Diante disso, Beth não apenas denuncia essa distância, mas também atua, ainda que com desgaste, como ponte viva entre mundos que deveriam dialogar de maneira mais horizontal.

Por isso, no presente tópico tento abordar de forma didática, acolhedora e concisa como o transfeminismo contribui para a ampliação do conceito de mulheridade, por meio das interlocuções com o feminismo negro, a interseccionalidade e a luta contra a cisnormatividade, a fim de fazer o diálogo entre campo acadêmico e campo social. Para isso, utilizarei os postulados em *Transfeminismo: teorias e práticas* de Jaqueline Gomes de Jesus & Colaboradores.

Bem, antes de adentrar nos estudos de transfeminismo, gostaria de falar um pouco sobre gênero e estudos decoloniais a partir das proposições de Maria Lugones em "Colonialidade e gênero". Para Lugones "A humanidade e as relações humanas são reconhecidas por uma ficção em termos biológicos" (Lugones *et al.*, 2020). E essa visão decorre da colonialidade do poder que além de instituir uma hierarquia racial também reconfigurou os sistemas de gênero a partir de uma ordem binária, patriarcal e heterossexual. Diante disso, Lugones faz uma relação entre o "sistema moderno/colonial de gênero" e a resistência de grupos historicamente oprimidos.

Para seguir essa discussão precisamos compreender o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2009), explica como a colonialidade transcende o período histórico do colonialismo, perpetuando-se em sistemas contemporâneos de opressão. Isso posto, Lugones, vai além dessa noção para evidenciar que a colonialidade não somente instituiu uma classificação racial, mas também impôs uma divisão gênero-racial que não existia e operava da mesma forma em muitas sociedades antes da colonização. A separação entre "homens" e "mulheres" como categorias binárias e hierárquicas foi um processo de violência epistêmica e física, que eliminou formas não ocidentais de organização social e de gênero.

Os ensinamentos de Lugones mostram que em alguns modelos de organizações indígenas e africanas eram adotadas formas de organização de gênero mais fluidas e igualitárias, nas quais as mulheres exerciam autoridade coletiva e não estavam subordinadas a um sistema patriarcal. Contudo, a imposição

colonial não apenas subjugou as populações não europeias sob um regime racializado, mas também estruturou novas formas de domínio baseadas no gênero. Mulheres não brancas foram frequentemente reduzidas a objetos de exploração sexual e trabalho forçado, enquanto homens racializados foram posicionados como subalternos na hierarquia patriarcal global (Lugones *et al.*, 2020).

Diante disso, Lugones (2020), introduz o conceito de colonialidade do gênero para explicar como a estrutura colonial não apenas oprimiu grupos racializados, mas também redefiniu a própria noção de gênero. A feminilidade e a masculinidade foram reformuladas dentro do projeto colonial para consolidar a dominação europeia. Em se tratando do processo de escravidão e colonização, as mulheres negras e indígenas foram colocadas em uma posição incoerente se por um lado, eram hipersexualizadas e vistas como objetos de exploração sexual do outro, eram desprovidas da feminilidade branca europeia, sendo consideradas inadequadas para os padrões ocidentais de ser mulher. Essa desumanização garantiu a sua exploração contínua, ao mesmo tempo que as excluía de direitos e proteções reservados às mulheres brancas.

Lugones (2020) enfatiza que as comunidades racializadas nunca aceitaram passivamente a imposição colonial. Mulheres indígenas e afrodescendentes resistiram por meio do conhecimento, espiritualidade e relações comunitárias que desafiaram a ordem patriarcal colonial. São essas práticas ancestrais que resistiram mesmo com a opressão que os Movimentos feministas decoloniais contemporâneos reivindicam. Um saber-ação que desafia a lógica hegemônica do feminismo branco ocidental e propõe uma visão mais interseccional e histórica das lutas feministas.

Portanto, passo a me referir a um (trans) feminismo negro brasileiro, que tem se consolidado como um campo teórico e político essencial para repensar as estruturas de gênero, identidade, cidadania e outros. Faço essa demarcação decolonial porque estou discutindo a partir de mulheres transexuais acadêmicas negras como Jaqueline Jesus e Megg Rayara. Feministas estas que dialogam com autoras como Sueli Carneiro e Cida Bento, que por sua vez dialogam com Lélia Gonzalez. O (trans) feminismo negro ainda está se consolidando e por enquanto é uma epistemologia de fronteira. Como explica, Jaqueline Jesus, os aspectos práticos e éticos ainda estão em desenvolvimento (Jesus, 2019).

Um dos aspectos centrais para compreender o transfeminismo é a interseccionalidade, que reconhece como as diferentes formas de opressão – gênero, raça, classe, deficiência e outros – interagem para produzir desigualdades específicas. Portanto, é crucial entender o termo interseccionalidade, que é utilizado pela primeira vez, por Kimberlé Crenshaw, e ela explica:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

O transfeminismo se aproxima do feminismo negro ao adotar uma visão que não hierarquiza opressões, mas compreende suas interseções. O transfeminismo emerge no meio acadêmico, nos movimentos sociais de pessoas trans, como resposta às falhas do feminismo de base biológica de compreender gênero como categoria distinta do sexo biológico. A divisão binária do gênero que atrela mulher/vagina e homem/pênis. Essa compreensão de gênero vinculado ao biológico tem sido usada para oprimir corpos dissidentes, como coloca Jaqueline Gomes de Jesus:

O transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectornizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou "emasculados"; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (Jesus, 2019, p. 5).

A intersecção entre (trans) feminismo negro e mulheridades desafia concepções essencialistas de feminilidade e revela as tensões entre corpos, identidades e os sistemas normativos que regulam a vida das pessoas cisgêneros e

transgêneros. Esse sexismo legal-biologizante opera uma regulação dos corpos de modo a invisibilizar a diversidade das experiências femininas e estabelecendo hierarquias dentro do próprio movimento feminista. Diante disso, Jesus coloca que:

A compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda é demasiadamente teórico-acadêmica, significando isso que não foi apropriadamente absorvida e adaptada pela sociedade nos seus instrumentos legais e burocráticos. Essa lacuna se evidencia em detalhes expressivos, como o da exigência de identificação de sexo em crachás, controles de frequência, contracheques, entre outros documentos oficiais; o gênero, porém, é uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo (Jesus, 2019, p. 9).

O (trans) feminismo negro, nega o apelo biológico e compreende gênero como categoria distinta de sexo, enfatizando que as identidades são construção social e reconhecendo que a opressão de gênero não opera apenas sobre os corpos de mulheres cisgênero. O (trans) feminismo negro enquanto categoria de análise propõe um feminismo interseccional e transversal que leva em consideração a diversidade dos corpos.

Essa concepção amplia o entendimento do que significa ser mulher e desestabiliza a lógica binária que separa rigidamente o masculino e o feminino. Para as mulheres trans, a mulheridade se constitui na experiência vivida e na forma como se inserem socialmente, ainda que nas bordas, desafiando normas cis heteronormativas que buscam dizer quem pode ou não reivindicar a identidade feminina (Oliveira, 2017).

Essa abordagem é crucial para pensar as diferentes formas de mulheridades. Mulheres cis negras, mulheres trans e travestis enfrentam violências específicas, marcadas pelo racismo, transfobia e misoginia. As travestis, por exemplo, são frequentemente excluídas de espaços feministas e enfrentam violências intensificadas por sua racialização e classe social. Ao considerar essas intersecções, o (trans) feminismo negro amplia o conceito de mulheridade e fortalece as lutas por justiça social.

Apesar dos avanços promovidos pelo (trans) feminismo negro brasileiro, ainda há desafios significativos na sua consolidação dentro dos movimentos feministas e na sociedade em geral. A transfobia persiste como um obstáculo à aceitação plena das mulheres trans dentro do feminismo, e a patologização das

identidades trans ainda é uma realidade em muitas esferas institucionais (Oliveira, 2020).

Contudo, o (trans) feminismo negro brasileiro representa uma ruptura epistemológica e política com concepções essencialistas de gênero e mulheridade. Ao propor uma abordagem interseccional e inclusiva, ele desafia as fronteiras normativas da identidade feminina e amplia as possibilidades de resistência e emancipação para todas as mulheres. O futuro do (trans) feminismo negro brasileiro depende da sua capacidade de articular alianças, promover políticas públicas inclusivas e desafiar normas sociais que continuam marginalizando identidades de gênero dissidentes.

### 3.3. Estigma

Inauguro esse tópico com um trecho da primeira entrevista que fiz com Beth, para discutir estigma e como ele opera na exclusão de pessoas trans na sociedade e como essas mulheres enfrentam os estigmas.

[...] se para uma trans que está estudando no começo da faculdade é difícil para ela arrumar um emprego imagina para uma trans que tem no currículo dela uma passagem pelo sistema penal o tanto que vai ser difícil, ela vai voltar pra prostituição, ela vai se drogar de novo e roubar de novo (Beth Fernandes, 2023).

Para compreender estigma usaremos os postulados do sociólogo Erving Goffman, em sua obra *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Destroçada* (1963). Goffman coloca que o estigma é um processo social que acontece quando uma pessoa ou grupo é compreendido como inferior, desviado ou anômalo em relação a um padrão normativo. Essa marcação não se dá apenas por uma característica em si, mas pela forma como a sociedade reage a essa característica, criando uma disparidade entre o que acreditam ser normal e o estigmatizado.

O estigma é uma marca que faz com que a pessoa seja vista, por aqueles que a rodeiam, de forma diferente. [...] A pessoa estigmatizada é sempre vista como alguém que está além do normal, uma pessoa que possui características que violam normas estabelecidas (Goffman, 2004, p. 12).

Compreendendo então que estigma se refere ao processo de rotulação e produção de subalternidade, em relação a indivíduos ou grupos que são percebidos como diferentes ou desviantes em relação às normas e padrões estabelecidos pela sociedade.

Goffman, diferencia dois tipos de estigma: o estigma de caráter que está relacionado a características pessoais como a sexualidade, a religião ou a classe social e o estigma de conduta, esse relacionado a comportamentos que violam as normas sociais, como crimes ou vícios. Independentemente do tipo, o estigma provoca um processo de exclusão social, em que o indivíduo é visto como inferior ou indigno de plena participação na sociedade.

O estigma pode se manifestar de diversas formas na sociedade, podendo ser visível ou invisível. No caso do estigma visível, ele está relacionado a características externas que marcam o indivíduo, como a cor da pele, deficiência física ou transtornos mentais que não podem ser mascarados. Já o estigma invisível envolve atributos que não são imediatamente aparentes, mas que, ao serem percebidos, promovem a discriminação, como a orientação sexual, a identidade de gênero ou a condição de ser sororeagente. O estigma também se reflete em grupos subalternizados, como pessoas em situação de rua, imigrantes ou pessoas com transtornos mentais.

Isso posto, as mulheres transexuais e travestis enfrentam um estigma estrutural na sociedade e esse processo de exclusão as colocam em posição de vulnerabilidade econômica, política e social. O primeiro processo de exclusão normalmente ocorre no âmbito familiar, depois na escola, e esse processo as seguem até o mercado de trabalho formal. Sem acesso a empregos formais elas recorrem ao trabalho sexual para subsistir e resistir. Contudo, ganhando a vida nas ruas elas acabam chegando ao sistema penal.

Esse confronto com o sistema também ocorre porque há uma moralização do trabalho sexual, que construiu, no senso comum, uma visão na qual a identidade trans\* é reconhecida como identidade criminosa. Uma travesti é lida pelo sistema penal como uma criminosa apenas por subverter a ordem cisnormativa. O sistema jurídico-penal insiste em compreender gênero atrelado ao sexo biológico, o que coloca pessoas trans\* em um "não lugar".

É imperioso ressaltar que é comum os relatos de mulheres trans\* e travestis que trabalham na noite levadas para delegacias pela contravenção penal de vadiagem, em uma roda de conversa promovida pela ASTRAL na abertura do novo espaço, uma trans\* de nome Serena<sup>22</sup>, relata que quando trabalhava nas ruas era levada com frequência junto de outras amigas para a realização de procedimento de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)<sup>23</sup>. A vadiagem foi retirada em 2023 do rol de contravenções, mas ela criminalizava pessoas que se entregavam à ociosidade, sem renda, sem meios para subsistência de forma lícita.

---

<sup>22</sup> O nome foi escolhido porque os traços físicos e altura da informante me lembram Serena Williams, a tenista americana mundialmente famosa.

<sup>23</sup> É documento instrumento da Polícia Judiciária para registrar e investigar de forma simplificada infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, aquelas cujas penas não ultrapassam 2 (dois) anos e/ou multa.

Não entrarei aqui no debate sobre as raízes desse delito e sua ligação direta com o racismo no Brasil. Mas gostaria de falar desse dispositivo como forma de criminalizar a existência de mulheres trans\* e travestis no país pelo simples fato de incomodar. A ideia de ter um corpo vadio que se mostra e afronta a sociedade e precisa ser contido para não subverter a ordem. A vadiagem sempre afetou essas mulheres perpetuando uma dupla penalização: primeiro, por transgredirem a cisnormatividade e, em segundo lugar, por serem sempre lidas socialmente como transgressoras do sistema moral ao trabalhar na prostituição. O trabalho sexual é uma importante ferramenta de autonomia para as mulheres trans\*, mas não deveria ser o único meio de sobrevivência.

Para entender esse estigma a partir das diretrizes do sistema, gostaria de abordar a teoria do etiquetamento proposta por Howard Becker em *Outsider: Estudo de sociologia do desvio* (Becker, 2008). Essa teoria compreende que o comportamento desviante é determinado pela sociedade e esse mesmo comportamento anômalo pode ser entendido como normal dependendo do contexto.

Assim como coloca Goffman, o etiquetamento ou rotulamento abordado por Becker, esse processo é acompanhado por atitudes negativas, preconceito e discriminação, que se refletem em diversas áreas da vida social, desde o acesso a direitos fundamentais até a construção da identidade individual. A compreensão do estigma exige uma análise de uma intersecção de fatores como suas origens, manifestações e impactos, especialmente nas esferas social e psicológica.

A discriminação em razão do estigma se reflete em diferentes contextos. Em relação às pessoas transexuais e travestis, elas são excluídas do espaço social, do mercado de trabalho, e têm seus direitos ao nome social violados no ambiente escolar, nos serviços de saúde e na política. E ainda há a violência física, mulheres trans\* e travestis são vítimas frequentes de transfeminicídio no Brasil (Benevides, 2025).

No cenário político eleitoral brasileiro, por exemplo, é frequente o debate relacionado a pessoas transexuais e travestis quanto ao uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, mas essa pauta geralmente é usada para disseminar ódio e preconceito e não há intenção real de assegurar os direitos das pessoas envolvidas. Esse comportamento está intimamente ligado à ideia deturpada de moral e com o avanço do neoconservadorismo nos espaços de discussão política do país, as pautas sociais relacionadas aos Direitos das pessoas LGBTQIAPN+,

especialmente das identidades trans\* e travestis, são frequentemente usados como alarde por políticos que dizem defender a família, a moral e os bons costumes.

Diante disso, um dos aspectos que gostaria de destacar da teoria do etiquetamento é o auto-etiquetamento a partir da rotulação onde o indivíduo passa a apresentar um comportamento que reafirma o rótulo social. Esse processo pode ser compreendido como a internalização do estigma, e pode levar as pessoas a um processo de auto-estigmatização, onde ela começa a acreditar nas representações negativas que a sociedade tem sobre ela, dificultando ainda mais sua reintegração social. O estigma acarreta nas pessoas uma série de questões psicológicas e sociais, como isolamento, depressão, ansiedade e perda de autoestima.

No campo social, o estigma contribui para a perpetuação das desigualdades, reforçando a segregação de grupos específicos. Ao subalternizar certos grupos, a sociedade determina que nem todas as pessoas terão as mesmas oportunidades e direitos. Além disso, o estigma gera uma série de outros problemas que resultam em discriminação institucionalizada, criando barreiras que dificultam o acesso de pessoas subalternizadas a políticas públicas, e conseqüentemente essas pessoas são vistas como não-cidadão.

Retomando a compreensão de auto-etiquetamento, as mulheres trans\* e travestis em seu estado de vulnerabilidade internalizam a representação negativa imposta, o que afeta sua auto-imagem. Os discursos da mídia policial e outras instituições frequentemente associam as imagens de mulheres trans\* e travestis a comportamentos criminosos. Essa representação externa contribui para que elas passem a se ver como suspeitas ou culpadas, mesmo que tal atribuição não reflita sua conduta.

Conforme apontado por Michel Misse em *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"*, a repetida exposição a narrativas de criminalização leva à incorporação dessas noções em suas identidades, reproduzindo o que é socialmente considerado inadequado ou transgressor (Misse, 2010).

O estigma atravessa mulheres transsexuais e travestis no Brasil, operando como um mecanismo de exclusão multifacetado, impondo barreiras de acesso ao mercado de trabalho formal que por vezes acarreta em um confronto com o sistema de justiça criminal e as instituições de controle social.

É sabido que precisamos combater a estigmatização que opera sobre as mulheres trans\* e de suas identidades e desconstruir as narrativas que associam pessoas transgêneras à criminalidade, bem como, a urgência em implementar políticas públicas que garantam a inclusão social e cidadania plena a elas.

Isso posto, gostaria de discutir resistências, e como mulheres trans\* e travestis insurgem e coexistem frente à opressão. A perspectiva aqui é de que onde há opressão, há resistências (Foucault, 2021). E essas mulheres estão se opondo aos assujeitamentos.

As mulheres trans\* usam o corpo para enfrentar as condições de subalternidades impostas, o corpo dissidente é a forma/fonte de resistência que desestabiliza as normas dominantes e desafia constantemente essa mesma lógica que dita quais os corpos que importam, ou seja, diz quais são os corpos legítimos e quais não (Butler, 2020).

Essas mulheres usam o corpo, os *looks*, os picumãs<sup>24</sup> e a linguagem pajubá<sup>25</sup>, as posturas para afrontar e confrontar a hegemonia cisnormativa que opera sobre suas existências (Rodrigues, 2022).

Beth, usa as roupas, as customiza e as deixam coloridas, ao dizer: “Vamo customizar, vamo pintar, vamo fazer uma coisa, vamo fazer isso aquilo”, ela também diz que elas não vão passar despercebidas (Beth Fernandes, 2023). Podemos compreender isso como uso estratégico do estigma por mulheres trans\* como coloca Foucault<sup>26</sup>:

Para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que como ele, venha de baixo e se distribua estrategicamente.

[...]. Digo simplesmente : a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 2021, p. 360).

São mulheres que não se deixam aprisionar nos estigmas e estereótipos, mas usam seus corpos para performar uma feminilidade interpretada corporalmente que é diferente daquilo que se tem como norma (Butler, 2020). Eu gostaria de

---

24Cabelo, Peruca, cabeleira

25 O pajubá é uma linguagem de comunicação entre as pessoas trans\* e travestis de origem iorubá pertencentes aos afrolatinosbrasileiros.

26 Foucault, Michel. “Não ao sexo rei” in *Microfísica do Poder*, p.344-362.

destacar ainda a resistência daquelas que, no espaço acadêmico, assim como Beth Fernandes, constroem epistemologias: Melina Maria, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara e outras.

Digo isso, para dimensionar que essas mulheres não estão passivas frente os estigmas e estereótipos que as direcionam para as margem, elas penetram os diversos campos e produzem epistemologias como Melina Maria reivindica em sua dissertação *“Da Abjeção à transidentidade: Etnografia das resistências de pessoas trans\* na UNILAB/CE”*:

[...] é uma antropologia da subalternidade que rompe as fronteiras centro-margem e coloca em evidência as potencialidades das narrativas e existências historicamente objetificadas, silenciadas e deslegitimadas. Uma antropologia trans é ocupada e produzida por pessoas trans\*, cuja identidade de gênero é o que lhe move existencialmente, resistindo às estruturas da cisnormatividade (Silva, 2023, p. 47–48) .

Contudo, as resistências de pessoas trans\* se mostram como processos contínuos, ainda que subjetivos, que as acompanham ao longo de toda sua trajetória de vida enquanto sujeito no mundo nos mais diversos segmentos.

## 4. BETH FERNANDES

### 4.1. Persona

Roberta Fernandes de Souza, ou Beth Fernandes, é uma mulher transexual, psicóloga clínica e mestre em psicologia clínica e educacional, de aproximadamente 50 (cinquenta) anos, com cerca de 180 (cento e oitenta) centímetros de altura, cabelos ondulados loiros tingidos, levemente esbranquiçados e na altura dos ombros.

A primeira vez que a encontrei ela estava com vestimentas de cores fortes e vibrantes, uma saia abaixo dos joelhos, estampada, estilo indiana e blusa preta com bordados de rosas vermelhas que combinavam com o batom vermelho intenso nos lábios. Os olhos estavam contornados por lápis preto, que havia sido moda nos anos 90 (noventa), e as unhas estavam pintadas dessa mesma cor. Nos dedos ela usava anéis grandes, de resina e de prata.

Eu gostaria de demarcar aqui a importância do nome Beth. Em dois trechos das entrevistas gravadas em que ela comenta sobre a persona Beth:

Beth foi aparecendo com a história da AIDS, Beth balanço, até hoje cantam para mim, oh a Beth Balanço, aí não é porque todo dia morreu um amigo meu soropositivo, amigos que eu amava, idolatrava, pessoas que me ensinaram a fazer arte, porque eu também queria fazer arte, mas eu queria estudar psicologia, queria fazer filosofia, queria estudar um monte de coisa, mas a arte foi ficando (Beth Fernandes, 2023).

E o povo não sabe quem é Roberta? Ninguém sabe. Nos meus artigos publicados está lá Beth Fernandes. Ele vai estar Roberta Fernandes. Beth foi .... mínimo do mínimo do currículo. As pessoas não sabem. É uma construção histórica da Beth, veio da época dessas pessoas todas que morreram soro reagentes sabe. Era a Beth balanço, era a Beth que ia no posto de saúde chorando pedindo para fulano ser atendido. Ah tem AIDS era tocada as pessoas com vassoura era um horror aquilo. A coisa mais horrível que já ví na minha, sabe. Então assim, quando eu falo nós pensar direitos humanos hoje e quando o povo fala Beth, mas a cabeça foi criada para isso o povo criou o estrutura ali para essa população (Beth Fernandes, 2024) .

Roberta é Beth não somente pela história de luta junto da comunidade LGTBQIAPN+, mas também pela música Bete Balanço do Barão Vermelho, escrita

como poesia sobre uma Beth que é incansável e imparável na busca dos seus objetivos e sonhos, não se deixando abater pelas adversidades no caminho. Deve ser por isso que Beth Fernandes é uma mulher ativa, feliz que gargalha fácil e adora conversar, discutir ideias e é muito criativa.

Beth, fala pouco da sua infância durante as entrevistas. E começa narrando a sua história a partir de seu retorno a Goiânia. Ela morou alguns anos em Campinas-SP e voltou a esta capital por razões pessoais, Beth me contou um pouco sobre seu âmbito familiar e seu processo de transição, seu pai era ex-militar combatente de guerra e sua mãe uma dona de casa. O casal teve 6 (seis) filhos, seus pais eram abertos para o diálogo sobre a sua transgeneridade de forma respeitosa.

Beth fala sobre sua relação com o pai nesse trecho da entrevista de forma afetuosa: “Meu pai tinha um problema com meu nome, ele nunca me chamou pelo nome que escolhi, mas deu-me um apelido que rememora seu nome morto e me tratava de maneira afetuosa” durante a entrevista era possível perceber a voz embargada de emoção ao lembrar do afeto que recebia.

Beth fala sobre sua trajetória educacional, que tinha cabelos compridos na escola e precisava prendê-los e como isso a incomodava, que terminou o colégio e foi para faculdade e que recebia diversos olhares tortos por não performar aquilo que a sociedade espera de seu corpo. Relata que vendia bolo para custear os estudos, que batalhou demais para terminar a graduação e ir para o mestrado.

Imagina eu, na minha época, tinha o cabelo na bunda. Tinha que estudar com cabelo preso. E 20 brincos, eu tinha que tirar todos. Imagina que saco acordar cedo para tirar 20 brincos. Unha mal uma base. E quando eu vim para Goiânia. Eu já vim transacionada, não tinha feito a cirurgia ainda no ano 2000, começo dos anos 2000, eu fiz 2005 (Beth Fernandes, 2023) .

Depois de muito tempo de construção de relação, Beth se sente à vontade para me contar um episódio traumático e marcante de sua adolescência, uma tentativa de suicídio, e me conta que acredita ter sobrevivido para fazer esse trabalho de conscientizar as pessoas, acolher e educar para um mundo com mais diversidade. Ela me diz “quando mais nova queria ser artista, mas eu precisava estudar filosofia, psicologia para entender o que acontecia dentro de mim”, e agora ela pode ajudar outras pessoas a conhecerem mais de si. E finaliza sua fala

dizendo, “sempre gostei muito de arte e de pintar, eu tinha deixado um pouco de lado, aos poucos estou retomando meu lado artista”.

E, com o tempo, me falou um pouco sobre o trabalho de cuidado com sua mãe idosa, que prefere os seus cuidados e não das outras irmãs cisgêneros e dos ciúmes que essa preferência causa. Mãe e filha têm afinidades incompreendidas. E em outros momentos Beth fala sobre sua relação com o pai e como esse percebia que ela se comportava diferente, e não permitia que os irmãos fizessem comentários ou fizessem nenhuma agressão contra ela.

Em nossas conversas Beth mostra que sua casa/família era, e é, um lugar seguro para ser ela. Enquanto crescia, Beth constata a ausência de pessoas trans\* nos espaços públicos e sociais, ao que relata: “eu não tinha referências, sabe, tinha aí Rogéria, mas era algo velado e distante” e por essa razão precisou buscar construir essas referências para hoje ser uma referência.

Após se formar em Psicologia nos anos 90, Beth vai para Campinas fazer seu Mestrado em Psicologia Clínica e Educacional na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), e é nesse espaço que ela se forma academicamente e politicamente, no trecho abaixo ela conta sobre essa formação:

Sim, eu sou dessa época, só que eu era uma estudante. Eu estava dentro da academia estudando. Produzindo artigos e tudo aí eu comecei a estudar tráfico na minha pós-graduação que era psicoterapia breve. E eu comecei a fazer estágio com Clara Freud, a neta de Freud, que eu queria estudar psicanálise. Aí eu comecei a fazer estágio com ela no Centro acadêmico de saúde da mulher atendendo mulheres com carcinoma com retirado do seio. Mas eu fui estudar os homens com carcinoma e retirada do pênis (Beth Fernandes, 2024).

Depois de passar 6 meses do estágio fazendo acompanhamento psicoterápico com pacientes com carcinoma, Beth passou a estudar o processo transexualizador e relata no trecho a seguir como era o procedimento para acessar essa política:

Aí fui estudar com Maurício Nobrega, que é marido de Clara Freud em psicoterapia breve para LGBT que era a diversidade não falava LGBT era GLS gays, lésbicas e simpatizantes. Era diversidade que eu colocava ali porque viado não ia em terapia. Mas a trans tinham que ir para a terapia para fazer a cirurgia, senão elas não entram (Na fila). Entende a lógica? Tinha que ter um laudo, se você é louca ou

não é louca. Isso era da minha época eu comecei a estudar isso aí na academia (Beth Fernandes, 2024).

Beth, terminou sua formação e voltou para Goiânia. Ela assume a ASTRAL em 2004, e seu trabalho frente a instituição fazendo conscientização das pessoas LGBTQIAPN+ em relação ao HIV/AIDS e distribuição de preservativo, discussão sobre a migração sexual, tráfico de pessoas e o processo transexualizador, ganhou relevância e deu a ela notoriedade dentro do Estado de Goiás. Beth é a primeira mulher trans\* a acessar muitos espaços em Goiás. Veja nesse trecho da entrevista:

Eu, eu, por exemplo, Beth quando voltei de São Paulo, eu fui, olha só, eu fui a primeira trans a trabalhar com crianças e adolescentes na rua. Eu fui convidada por Darcy Arcossi o pai da Adriana Arcossi. [...]. Eles esqueceram de uma história que foi feita pelo PT lá atrás. Onde vamos desmistificar essa história igual vamos chamar aquela transexual que veio de São Paulo, olha, ela vem de São Paulo com um monte de Pós-graduação, com outras ideias, cabelo na bunda, calça rasgada tava nem aí. Eu entrava dentro do cinema pornô e entregava preservativo. Trabalhando, montei o primeiro coletivo de transexuais em São Paulo, na primeira cirurgia do Brasil, de transexual hoje fica aquele projeto transexualizador meia boca lá porque meia boca, aquela bobagem. E eu falo a cara dele (Beth Fernandes, 2024) .

Beth, também é a primeira mulher trans\* a compor e ser Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher em Goiás (CONEM) e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM). Ela está em ambos Conselhos há muitos anos, nas palavras dela “belíssimos 28 anos”, e no momento da primeira entrevista em 2023 era Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM).

Foi trazendo outros recortes, porque em 2004, quando eu mudo o tema e o estatuto da instituição, eu sou chamada para ir para o Conselho Estadual da Mulher, a primeira trans no Brasil a entrar dentro Conselho da Mulher. Beth Fernandes. E que ficou! E foi vice-presidente 2 vezes do Conselho Estadual de Mulher e hoje é Presidente do Conselho Municipal da Mulher dentro de um Partido Republicano, machista, retrógrado e evangélico. Imagina o tanto que eles ficam com dor de estômago quando me vê (Beth Fernandes, 2023) .

Quando retorno a nova sede da ASTRAL para mais uma conversa/entrevista com Beth em 2024, ela me conta que decidiu sair do Conselho, mas se retirou em

grande estilo com a publicação do livro “Filhos da Mãe - Órfãos do feminicídio” em que ela conta sobre a sua trajetória atendendo famílias vítimas do feminicídio.

E aí eu conto minha experiência como mulher trans, como que eu fiquei 4 mandatos como presidente e vice-presidente no Conselho da Mulher, uma mulher trans. Que hoje, agora na cisgeneridade, na época normativa que eles ficam com essa luta das mulheres bolsonaristas que existe aí né. Questionando minha Mulheridade. Eu falei, não quero mais participar de nenhum conselho. Vem conversação, vou bater no primeiro na introdução do meu capítulo, para que não é legal. Porque eu, como mulher trans, agora quero ver vocês mulheres cis fazendo. Não é fácil (Beth Fernandes, 2024) .

Beth, explica porque passou tanto tempo nesse cenário sendo questionada quando:

Não tem, aí Beth enfia travesti e transsexual pelas mulheres. A Beth soca, o que der. Aí que está o meu primeiro capítulo. Com uma transexual, fica esses anos todos dentro de Conselho municipal e estadual da mulher, como presidente e vice-presidente por 16 anos eu fiquei, não fico mais nenhum. Foi para enfiar essa população inteira aí dentro, entendeu (Beth Fernandes, 2024).

É a ausência de políticas públicas específicas para as mulheres trans\* que a fez permanecer mais de 20 anos dentro desse espaço político. Portanto, ela entende o espaço que ocupa e a importância política de ser uma mulher trans dentro desses lugares de poder. Mas deixa esse espaço para ocupar outro na Segurança Pública como Assessora na Diretoria Geral da Polícia Penal onde atuará diretamente nos procedimentos e protocolos dos Presídios e Alas LBGTQIAPN+.

Sobre o sistema prisional Beth assegura que “Tem coisa que tem que ser lutado politicamente por fora e coisas que tem que ser lutado politicamente lá dentro”. Beth/ASTRAL negocia, tanto intra quanto extramuros, mecanismos para que mulheres transexuais e travestis egressas do sistema prisional ou não se integrem ao meio social e recebam suporte diretamente:

A gente tem que lidar com uma facção lá dentro, com uma facção de fora, a gente tem que lidar com todos os grupos. Então, se a política do estado nos ajuda, eu não preciso lidar com esses poréns. O Estado garantindo isso. Eu não quero puteiros pra elas ali dentro eu quero elas estudando todas 90% delas conseguiram tirar o 2º grau. Entraram sem saber ler, e vão sair com 2º grau completo (Beth Fernandes, 2024).

Gostaria de destacar a perspicácia de Beth em jogar com os interesses eleitorais dos candidatos às eleições. Como visto nos anos em que Beth passou dentro dos Conselhos Municipal e Estadual da Mulher, para conseguir que mulheres trans\* e travestis acessassem políticas públicas. As negociações foram diversas, os Presídios LGBTQ+ foram fruto dessas negociações, para ocupar unidades prisionais que haviam sido fechadas pelo Estado. Apesar do cenário político do Estado ter uma bandeira que inviabiliza existências de pessoas da comunidade eles precisam construir massa ao que assegura:

Eles são muito inteligentes, e eles ainda permanecem. Eu não te falei que a direita está todinha de braço aberto, me beijando, me dando emenda parlamentar, vem na minha porta oferecer, você precisa arrumar, não você coloca pega essas salas todas porque eu fiz todos os encontros na sala do lado, eu fiz lá, mas não é minha, eu pedi porque está vazia, pega para você a gente paga o menino para aumentar, você toma conta, põe o freio (Beth Fernandes, 2024).

Beth, compreende que apesar da misoginia, racismo e outros preconceitos disseminados e os discursos reacionários, os políticos não são bobos e eles sabem que a Parada do Orgulho LGBTQ+, ou seja, as pessoas da comunidade, fazem massa e mobiliza milhares de pessoas, e se eles apoiarem os movimentos sociais com Emendas Parlamentares eles podem conseguir a manutenção de seu poder.

Logo, os movimentos sociais usam as regras do jogo social para assegurar políticas sociais para a comunidade. Ao que Beth coloca que, com a instalação dos presídios LGBTQ+, ela seguirá lutando por políticas públicas e diz que já começou a se movimentar em prol de mais uma conquista política e diz: “Olha, eu estou brigando com o município que tem que montar um ambulatório trans\* que nós vamos no posto de saúde, eu tive infecção urinária, e eles não sabem nem que isso de redesignada”(Beth Fernandes, 2024).

Antes de encerrar esse tópico gostaria de falar sobre o que Beth chama de política financeira, e como essa é uma questão importante para mulheres trans\*. Os processos de exclusão aos quais as mulheres transexuais e travestis são submetidas as colocam fora dos espaços sociais, impedindo-as de adquirir conhecimento para uma boa gestão financeira. Veja:

Eu sou a favor de que elas tenham o trabalho sexual delas. [...].

[...]. Não construiu uma carreira aí tem a política financeira que eu acho que falta para elas? Você ganhou 500 reais hoje, mas você gastou 1000 reais você não vai ter dinheiro nunca. Quando você dá aula de uma profissional do sexo, você pega, por exemplo, uma que nós temos aqui que ela é da ONG, que ela entra aqui um carrão já balança a mão, um cabelão porquê? A cheguei da Europa, agora vem aqui em casa. Ela dá aula de como é ser puta. Ohh meu amor você chega lá na rua você toma 2 garrafas de pinga. 20 tulipinha daquela está bêbada, caída no chão. Um dentista, você vai? E ela fala na cara de todo mundo. Ele bebe cachaça pra te atender? Não. Então... tá respondido. Depois que você ganhar o seu dinheiro, saber o que você vai gastar, o quanto você deve economizar, você gasta com a pinga (Beth Fernandes, 2024).

Essa é a forma que Beth vê de profissionalizar o trabalho sexual para essas mulheres, retirar o estigma e enxergar esse trabalho como uma atividade laboral como outra qualquer. Ao que Beth acrescenta: “Ela dá aula para outra, ela dá aulas de finanças, ela dá aula de profissão. Não carrega essa profissão com culpa. Porque você tem que dar aula para outra tirar essa pena que está sob prostituição ali” (Beth Fernandes, 2024).

Beth, coloca também que, às vezes, as condições de trabalho para essas mulheres, quando aparecem, não são favoráveis e por isso elas continuam na atividade sexual:

Elas falam Beth não vou ficar lá com você 3 vezes por semana e ganhar 1000 reais eu não vou. Por que colocar um projeto para ela trabalhar uma ou duas vezes na semana no máximo. [...]. E isso daqui está aberto por um edital de mulheres, que a Beth é feminista. [...]. Porque muitos falam, eu não vou limpar chão sendo ofendida na casa de uma mulher para ganhar 150 por dia, lavar, passar e cozinhar se numa trepada Beth eu ganho 100 reais, 200, eu pego o dinheiro e vou embora. Então, tem uma demanda (Beth Fernandes, 2024).

A educação financeira aparece como um caminho para empoderar e emancipar as mulheres trans\* que trabalham com a atividade sexual e também para possibilitar que elas façam isso com dignidade e não pela falta de oportunidade no mercado de trabalho. E a partir desse trabalho elas possam então construir uma trajetória de vida que as proporcione viver e não apenas sobreviver ao capitalismo.

## 4.2. Corpo

Durante o tempo que acompanhei os trabalhos de Beth na ASTRAL eu nunca a vi de calças, ela sempre estava de saias ou vestidos longos de tecidos leves e fluídos e com estampas diversas, e as roupas me chamaram a atenção, parecia haver uma correlação entre a trajetória de Beth e o brechó. A princípio o Brechó me pareceu apenas um meio de vender peças doadas e conseguir dinheiro para manter a ONG, mas havia mais coisas.

Em uma das minhas visitas, para ajudar com o brechó *online*, eu notei uma calça jeans com fitas coloridas, e comentei como a peça era bonita ao que Beth respondeu, “fui eu que customizei essa peça, sabe eu gosto de criar em cima das peças do brechó”, e assim ela revelava a arte e me mostrava também telas que havia pintado e guardava para pendurar na nova sede.

As roupas customizadas refletiam a personalidade de Beth, alegre e dona de uma risada convidativa. Beth é astral e a alma da ASTRAL, e ela coloca isso nas customizações que faz nas peças, na escolha do seu vestuário, na postura elegante em que se apresenta e domina aquela sala comercial.

Em uma conversa, ela me diz não gostar muito de usar salto alto, e que depois da pandemia passou a ligar menos para estar sempre muito bem arrumada, com roupas alinhadas, e diz: “É um outro propósito que tenho desconstruído essa coisa da cisgeneridade, de ser delicada falar com a voz assim, assim fininha”(Beth Fernandes, 2024).

Percebendo a abertura, perguntei sobre um assunto que me inquietava, a maquiagem, de forma despretensiosa falei sobre meu apreço por maquiagem, que estou sempre de olho nas tendências e Beth, se adianta “eu não sei me maquiar muito bem não sabe, passar base, corretivo, pó blush eu não sei fazer direito não, mas não abro mão do meu batom vermelho e meu lápis de olho” (Beth Fernandes, 2024).

O batom vermelho um pouco borrado e o lápis de olhos preto na linha d’água foram características que me chamaram atenção desde o primeiro contato pessoal com Beth, eles são muito marcantes e a escolha das cores fortes refletiam um alto contraste em sua pele bronzeada.

O batom vermelho e o lápis preto na linha d’água haviam sido moda nos anos 80 (oitenta), 90 (noventa) e início dos anos 2000 (dois mil). E eu fiz um

comentário sobre como a moda é cíclica e essas tendências somem e voltam com o passar do tempo. Beth, me diz: “ah, sabe não ligo muito para as tendências não, eu uso o que gosto” e depois de um tempo complementou “na verdade, uso esse batom e o lápis porque quando era adolescente eu não podia, eu via minhas irmãs e colegas na escola usando e eu ficava com vontade e agora que posso eu uso tudo que quero” (Beth Fernandes, 2023).

A cada conversa eu compreendia mais sobre a relação de Beth com os elementos simbólicos que constituem e construíram suas “mulheridades” e “feminilidades” termo esse que tomo de empréstimo do livro *Transfeminismo* de Letícia Nascimento, (2021, p. 25) para referenciar o processo de produção social. A roupa, a maquiagem, o corpo e os acessórios são marcadores socioculturais importantes.

O brechó não era apenas espaço de monetização, era espaço de articulação das opressões e extravasamento na forma de arte. Em um dia de organização das roupas para o Brechó *online*, Beth, chegou com um vestido estampado azul muito bonito e comentou “este vestido foi uma das trans\* que aprendeu a costurar na cadeia quem fez pra mim” e acrescentou “elas arrumam as peças daqui do brechó, customizam e costuram as bandeiras que levo para a parada LGBT para vender, foram elas que costuraram as máscaras de tecidos que distribuí para as pessoas em privação de liberdade da Ala LGBT” (Beth Fernandes, 2023).

Ainda em prol de organização das peças de roupas do brechó Beth, fala “as trans\* vem aqui e levam as roupas decotadas e curtas tudinho só ficam essas peças pequenas, porque são raras as trans\* magrinhas, o hormônio engorda a gente” , e mais uma vez o corpo aparecia, e ficava cada vez mais marcada essa relação entre o corpo e a roupa, e a roupa e o corpo (Beth Fernandes, 2023).

E eu passo a refletir sobre o corpo e a roupa enquanto marcador da identidade de gênero de mulheres transexuais e travestis. O código de vestimenta culturalmente assimilado por nós enquanto sociedade, atua como um perpetuador de estereótipos que podem ser usados de forma benéfica visando marcar a identidade de gênero ou de forma aniquiladora de identidade quando mulheres transexuais e travestis são impedidas de usar as indumentárias que expressam sua identidade e seu gênero nos diversos espaços sociais.

Para compreender as correlações das opressões estruturais enfrentadas por mulheres transexuais e travestis, é necessário entender também que essas

mulheres possuem diversos recortes identitários e que essas diferenças são as responsáveis por ampliar as vulnerabilidades sociais. Portanto, quando falo das opressões e discriminações que atravessam mulheres transexuais e travestis é imprescindível pensar de forma articulada e localizada (Nascimento; Ribeiro, 2021, p. 82).

Como coloca, Patricia Hill Collins no artigo *“Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”*,

Atualmente, estamos todas/os envolvidas/os em uma complexa rede de relações problemáticas que garantem aos nossos semelhantes uma subjetividade humana completa, enquanto estereotipa e objetifica àqueles/as mais diferentes de nós (Collins, 2015, p. 15).

Portanto, pensar as opressões que aflige mulheres cisgêneros e transgêneros de forma articulada e integralizada é imprescindível para construção mútua das transversalidades nas epistemologias feministas negro.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isso não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos [...] (Akotirene, 2019, p. 18).

Em *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*, Jaqueline Gomes de Jesus (2012) apresenta algumas definições para os conceitos de expressão de gênero, identidade de gênero e papel de gênero, esses são importantes para os apontamentos que irei propor sobre o corpo. “A expressão de gênero é a forma como a pessoa apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive” (2012, p. 24). Enquanto identidade de gênero é o “gênero com o qual uma pessoa se identifica que pode ou não concordar com o sexo que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.” (2012, p. 24) E por fim, “papel de gênero” é o modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído e ensinado desde o nascimento. Construção

de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico (2012, p. 25).

Isso posto, é possível compreender que ser homem ou mulher são construções socioculturais que independem da anatomia biológica do sexo. Gênero está relacionado ao sentir-se, é individual, e os papéis de gênero ultrapassam o sexo biológico e as imposições sociais de performatividade. Como bem expressa Paul Preciado:

[...]. A feminilidade ou a masculinidade dos que estão aqui presentes, assumida e defendida, não é menos fabricada do que a minha. Bastaria que revissem sua própria história de normalização e submissão aos códigos sociais e políticos de gênero dominantes para que sentissem as engrenagens da roda da fabricação girando dentro de si, e com elas o desejo de se libertar da repetição, de se desidentificar. Viver para além da lei do patriarcado colonial, da diferença sexual, da violência sexual e de gênero, é um direito que todo corpo vivo deveria ter, mesmo o de um psicanalista (Preciado, 2022, p. 44).

As vestimentas são fatores importantes na construção social, cultural e econômica dos sujeitos, o que vestimos ou deixamos de vestir contam sobre as leituras de si mesmo e do meio social ao qual se está inserido. As roupas refletem também a leitura do outro sobre nós, os corpos vestidos se tornam expressões imediatas do gênero.

O corpo e a roupa como marcadores das expressões de gênero, as vestimentas, os trejeitos, as expressões físicas e outros, constituem um conjunto de estereótipos que permitem ao meio social fazer a leitura da sua expressão de gênero. As roupas marcam o feminino e masculino na sociedade.

Os encontros com Beth seguiu me inquietando em relação às vestimentas, eram roupas que, ao meu olhar, buscavam a passabilidade, termo que pode ser compreendido como a capacidade de um indivíduo que pertencer a um grupo e conseguir “passar”, sem confusões, aos interlocutores o seu enquadramento no dispositivo binário de gênero.

Ou seja, elas refletiam os estereótipos daquilo que é lido socialmente como feminino, em entrevistas na TV e palestras em espaços públicos. Beth está sempre de cabelos soltos, e durante os meses que acompanhei as atividades da ASTRAL e convivi com Beth, eu não a vi usar calças, salvo em uma foto com a qual me deparei enquanto fazia postagens nas redes sociais da instituição. Esses elementos que

chamaram a minha atenção, expressam uma história de reivindicação constante de pertencimento social a um grupo marcado pelo gênero.

Nesse trecho, Pietra Conceição, explica como mulheres transexuais expressam no corpo uma busca pela passabilidade:

Se passar por mapôa” e “linha mapôa” delineiam uma mesma semântica que é a busca de querer parecer ser uma mulher cisgênera (cis). “Cansar da linha mapôa” simboliza, em palavras, o processo fatigante de uma travestilidade performatizada para/com a cisnormatividade. Este cansaço é revestido em autocobranças que só martirizam o corpo e é composto por performatizações que alimentam um adoecimento mental (disforia) com base em perfeições utópicas. A busca incessante de “parecer ser” mulher cis, e consequentemente, ser lida socialmente desta forma, não é pleiteada por Dália e nenhuma das outras travestis interlocutoras. A resistência delas à cisnormatividade demonstra espontaneidade em Jardim a partir do reconhecimento cotidiano da potência do corpo da travesti como um corpo que “chama atenção”. A incorporação, no discurso e no corpo, do “chamar atenção” faz parte do processo de afirmação e empoderamento travesti nestes contextos rurais e interioranos (Azevedo, 2021, p. 9).

Os códigos de vestimentas produzem socialmente uma leitura ambígua e contraditória, fazendo do corpo um rótulo genérico do gênero. A saia, por exemplo, expressa de forma clara essa ambiguidade da sociedade moderna, em aspectos anatômicos o homem também se beneficiaria dessa peça de vestuário, no passado os gregos usavam saias, o uniforme dos soldados do exército greco-romanos incluía saia pela facilidade de locomoção nas lutas que eram mais corporais, na cultura pós-moderna a saia representa feminilidade e, apesar das reivindicações de uma moda sem determinismo de gênero, um homem de saia na rua incomoda ao olhar do outro porque essa peça do vestuário é considerada exclusivamente feminina.

A roupa é um marcador das convenções sociais daquilo que passamos a chamar de homem e de mulher olhando apenas nas vestimentas. A performatividade do corpo que usa uma roupa não expressa apenas o estilo, originalidade, vaidade e livre arbítrio, a roupa expressa identidade e pode marcar o gênero. O vestir-se adequadamente para cada situação e de acordo com o gênero são apreensões culturais que começam quando ainda somos bebês.

A escolha do enxoval de acordo com o órgão genital que aparece nos exames, fazem parte do código cultural de vestimenta a que somos submetidos, essa escolha por roupas que expressam identidade e gênero nos acompanham por

toda a vida. A escolha de peças rosas ou azuis de acordo com o genital ou ainda amarelo quando não é possível identificar a genitália nos exames.

As roupas são usadas também de forma a causar sofrimento, impedir as pessoas de usar roupas ou obrigá-las a usar roupas que não expressam sua identidade de gênero, é um artifício utilizado nas prisões com a intenção de desumanizar. O primeiro ato da Triagem – procedimento realizado quando alguém é preso - é desnudar o corpo para a revista íntima, depois segue o procedimento de raspar os cabelos para o rapazes, depois o banho, e as roupas são marcadas pela cor. Normalmente as prisões se organizam por cor, por exemplo, os agente prisionais usam preto, os profissionais da saúde branco, os presos provisórios branco, os custodiados vermelho despersonalizando e reduzindo a pessoa a um corpo abjeto.

O corpo, em especial o corpo com roupa, é o dispositivo que marca os estudos transgêneros, é o corpo que subverte a ordem do gênero e reajusta-se à uma ordem que o renega, Guacira Louro em sua obra *O corpo educado pedagogias da sexualidade*, nos diz que:

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de —marcas biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma —marca definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo (Louro, 2023, p. 8).

O corpo humano é um reduto simbólico utilizado para expressar a experiência social. A sociedade condiciona o corpo a manifestar sua individualidade. A cultura naturaliza uma determinada visão do corpo humano, atribuindo-lhe significados sociais. Assim, o corpo está sempre a serviço das intenções sociais e não pode ser revestido com significados universais, pois é resultado de uma representação simbólica construída para servir.

Ainda sobre as perspectivas simbólicas do corpo, Stuart Hall, na obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, propõe que o sujeito possui um núcleo ou essência interior que ele percebe como seu "eu real". Esse núcleo interno é formado e modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" que o cercam, a partir dos modelos de identidade que esses mundos oferecem (Hall, 2005, p. 11).

O corpo da pessoa transgênero, ao transgredir o modelo binário de gênero, se molda para caber em determinados espaços sociais, assim como o corpo da pessoa cisgênero se submete e obedece a essa mesma norma. Para pessoas transgêneras, há um processo de adequação do corpo visando atender integralmente ao dispositivo de gênero. Muitas acreditam que, após essa modulação corporal, serão aceitas pela sociedade cisheteronormativa e poderão viver uma vida compreendida como "normal", dentro da lógica de ser homem ou mulher, ainda que ao nascer tenham sido designadas a um gênero com base em seus órgãos genitais.

No entanto, o estigma e as reprovações sociais pela transgressão de gênero não desaparecem com a terapia hormonal ou a cirurgia de transgenitalização. As marcas da transgressão são como uma mancha na pele. Para eliminar essas marcas do estigma, seria necessário transformar as normas de gênero. Enquanto vivermos em uma sociedade binária, as pessoas transgênero não terão corpos considerados adequados para a sociedade cisheteronormativa.

As conversas que surgiram ao longo do tempo na ONG me levaram a reflexões que se tornaram pontos centrais deste trabalho. Grande parte dessas ponderações recaem sobre o corpo. Em uma das nossas conversas, Beth me conta sobre quem são as mulheres transexuais e travestis em situação de cárcere, explicando suas trajetórias e como suas histórias se entrelaçam com a ONG.

Esse perfil já é conhecido: a maioria trabalha na prostituição devido à falta de oportunidades no mercado formal. Para obter recursos que financiem procedimentos estéticos e paguem a mensalidade na casa da cafetina, muitas recorrem ao uso de substâncias entorpecentes, que aumentam o desejo sexual, provocam agitação e fornecem energia para enfrentar a noite de trabalho nas ruas. Como consequência do uso contínuo, tornam-se dependentes e, para conseguir as substâncias, passam a cometer delitos como roubo, tráfico e furto, que estão entre os crimes mais comuns cometidos por elas.

Beth também me apresenta informações sobre os custos dos procedimentos estéticos realizados por mulheres transexuais e travestis para "fazer o corpo". Ela explica que, na casa da cafetina, 100 mililitros de silicone industrial custam cerca de R\$1.000 (mil reais) e que essas aplicações são feitas sem treinamento médico-hospitalar, podendo resultar em complicações severas e, em alguns casos, até na morte.

Ainda que clandestinos, esses procedimentos ajudam na captação de clientela nas ruas, garantindo maior remuneração e melhor aceitação de si mesmas. Além dos procedimentos invasivos, outro ponto crucial na construção da feminilidade é o cabelo. Beth, chama atenção para o alto custo dos cabelos naturais, destacando que colocar uma boa *lace front*<sup>27</sup> de cabelo humano é um investimento considerável para quem trabalha fazendo programas nas ruas.

E falando em corpos gostaria de destacar mais um trecho de uma das entrevistas feita com Beth:

Bom, eu passei 6 meses estudando Clara Freud e ela achava eu muito louca que ela falou isso é muito louco porque ela está estudando corpos que ela está construindo. Ela está por dentro. Ela tem cabelo comprido enquanto as mulheres aqui estão perdendo cabelo. Ela está tomando hormônio e tá criando peito. Entendeu? E os homens estão lutando, por eu discutir com os homens que homem não era pinto. Naquela época, em 1990. Olha que loucura (Beth Fernandes, 2024).

Resta certo de que identidade de gênero, refere-se às formas de expressões de gênero de cada indivíduo no mundo. São as características individuais que expressam o feminino ou masculino na sociedade, seja por meio da linguagem, das roupas, do estilo.

O corpo aparece em diversos momentos como ferramenta de trabalho e forma de resistência. Neste trabalho, denominei essa perspectiva como "corpo-arma" ou "corpo-barricada", identifiquei essa categoria de análise nas falas da Beth, precisamente nesse trecho: "As mulheres trans\* reagem com o corpo, querida".

Com isso, ela expressa como mulheres transexuais e travestis utilizam seus corpos para resistir às opressões que sofrem, seja andando com um rebolado ainda

---

<sup>27</sup> *Lace front*, em tradução livre, seria frente de renda. Isso porque, diferente da peruca convencional, a *lace front* é costurada fio a fio de cabelo humano, em uma touca de tule e colocada na cabeça, o que deixa o acabamento mais natural

mais incisivo e provocante, seja jogando os cabelos para marcar presença e incomodar, ou por meio do vestuário, como um decote ou uma fenda. Para elas, o corpo é tanto alvo quanto arma, uma barricada simbólica.

Do ponto de vista sociopolítico, para uma pessoa transgênero, o corpo habita a roupa. Existe uma vestimenta considerada adequada para cada corpo, e isso não se trata apenas de estética, mas da expressão do gênero que se pretende performar. O conceito de "a roupa do corpo ou o corpo da roupa" busca compreender como as vestimentas reivindicam, para pessoas transgênero, o pertencimento ao gênero.

As relações entre corpo e vestimenta, assim como a leitura que se faz de si e do meio, evidenciam que há um corpo para a roupa e uma roupa para o corpo, que, simbolicamente, reiteram a transgressão. A performatividade do que é masculino ou feminino marca o estigma no corpo. As modulações corporais, por si sós, não são suficientes para garantir pertencimento ao gênero; é necessário transformar a compreensão sobre o próprio conceito de gênero.

Compreender que gênero não é algo natural, mas que é sendo mulher (ou homem) que se aprende a ser mulher (ou homem) — e que não nascemos assim, mas nos tornamos — é um caminho essencial para que não precisemos mais de corpos adequados para cada vestimenta. A reprodução desse modelo de corpo como forma de expressar o gênero contribui para uma sociedade na qual as pessoas estão constantemente buscando a adequação de seus corpos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomo aqui os objetivos de compreender como a ASTRAL-Go atua na construção de políticas públicas de acesso a direitos das pessoas transexuais e travestis no Estado de Goiás. A pesquisa acompanhou a atuação da ASTRAL-Goiás e a trajetória de sua presidente, Beth Fernandes, explorando como a ONG no seu dia a dia faz o atendimento de mulheres trans e travestis dentro e fora do cárcere.

As narrativas de Beth permitiram que eu escrevesse esta dissertação sem acessar o espaço físico da cadeia, ao mesmo tempo que me fizeram lembrar diversos aspectos da minha experiência nas prisões do Vale do Rio Vermelho, em Goiás — lembrar do “cheiro da cadeia” e de como esse atravessa minhas escritas sobre o sistema prisional expressa o quanto somos afetados e atravessados pelo campo. O pesquisador não é inerte ao pesquisado.

O sistema penal, e o estigma sobre o corpo de pessoas trans\* foram trabalhados a partir da perspectiva de que o corpo é educado para ser subjugado à ordem socialmente imposta e qualquer tentativa de subversão é subalternizada. Ao contar o atendimento da Ismália foi possível trabalhar como o Necrobiopoder opera sobre corpos de pessoas trans\* promovendo o altericídio de suas identidades, ainda que o Estado promova políticas de morte contra seus corpos elas resistem escapando pelas bordas do campo político-social (Foucault, 2021).

Recorri à história de vida, utilizando a técnica da entrevista gravada (1991), para captar os ditos e não ditos das narrativas dos sujeitos da pesquisa. Contar a história da ASTRAL e de sua Presidente Beth Fernandes permitiu compreender como os movimentos sociais se organizam frente às mudanças político-sociais em busca de políticas públicas de inclusão, bem como entender como essa instituição atua, ensinando principalmente mulheres trans a negociar com o meio suas condições de existência.

As experiências de mulheres transexuais e travestis é alvo, mas também é arma de insurgência contra as opressões. Mulheres trans\* se movimentando frente ao estigma. Para entender os atravessamentos dos corpos dessas mulheres usei o (trans\*) feminismo negro numa perspectiva decolonial que usa a interseccionalidade para explicar como gênero, raça, classe, sexualidade, território e outros constroem as condições de vulnerabilidades.

Por fim, busquei fazer uma análise sociológica do corpo como objeto central na constituição de identidades e na articulação de resistências políticas, tomando como base a experiência de Beth, mulher trans e Presidente da ASTRAL. A investigação parte da compreensão do corpo não como dado natural ou biológico, mas como construção histórica e social, atravessado por relações de poder, normas de gênero e disputas simbólicas. Nesse sentido, o corpo é abordado enquanto suporte material e simbólico de práticas de existência, luta e subjetivação.

Beth, através de sua relação cotidiana com o vestuário, a maquiagem e a performatividade de gênero, exemplifica como o corpo pode ser pensado como um campo de produção de significados e de embate contra a cisheteronormatividade. O uso de roupas customizadas, a escolha deliberada de cores, texturas e marcas no corpo — como o batom vermelho e o delineado preto — configuram estratégias de visibilidade e afirmação identitária que reconfiguram as fronteiras sociais do reconhecimento. As práticas corporais de Beth não apenas denunciam as violências estruturais que atravessam corpos dissidentes, mas também constroem modos alternativos de existência socialmente significativa.

Ao acionar as categorias analíticas de "corpo-arma" e "corpo-barricada", direcionei a análise para a centralidade do corpo na produção de resistência política e na criação de novas formas de sociabilidade. O corpo emerge, assim, como território insurgente: nele se inscrevem marcas da opressão, mas também potencialidades de reexistência e reconfiguração das relações sociais.

O corpo se destaca aqui como locus privilegiado de análise sociológica, evidenciando que os processos de subjetivação de pessoas trans, como Beth, são inseparáveis dos embates de construção da corporeidade travados nos diversos espaços sociais. Ao refletir sobre o corpo em sua dimensão política, performativa e estética, reafirma-se a necessidade de deslocar os olhares analíticos normatizadores para as dinâmicas de invenção e resistência que permeiam as experiências corporais contemporâneas.

Tudo isso para compreender que o que circula entre nós não são apenas bens, coisas ou serviços, mas também, na relação construída entre Beth/ASTRAL e as mulheres transexuais e travestis atendidas, assim como entre Beth/ASTRAL e eu, há uma circulação de almas que constitui um laço social permanente. Ao me emprestar seu nome e sua história diante da ONG, Beth/ASTRAL também os utiliza para perpetuar suas próprias histórias e trajetórias por meio desta dissertação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. [S. l.]: UFMG, 2007.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

AZEVEDO, Pietra Conceição. Cansei da linha mapôa, hoje gosto de chamar atenção, de ser travesti": visibilidades sociais e travestilidades em contextos rurais e interioranos. [s. l.], 2021. Disponível em:

[https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZnJoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjM4ljt9lztzOjE6ImgiO3M6MzI6ImFhMTkxZjZjgyN2Y2MTBhZDZlMTliZjBkYmVjYTkxIj9&ID\\_ATIVIDADE=238](https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZnJoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjM4ljt9lztzOjE6ImgiO3M6MzI6ImFhMTkxZjZjgyN2Y2MTBhZDZlMTliZjBkYmVjYTkxIj9&ID_ATIVIDADE=238).

BECKER, Howard S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio (2a edição)**. [S. l.]: Zahar, 2008.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag, 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. [S. l.]: Editora Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O Que É Transexualidade**. [S. l.]: Editora Brasiliense, 1970(Primeiros Passos).

BETH FERNANDES. **Entrevista sobre a história de vida da ASTRAL**. [S. l.: s. n.], 2023.

BETH FERNANDES. **Entrevista sobre Presídio LGBTQIAPN+em Goiás**. [S. l.: s. n.], 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. [S. l.]: n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. [s. l.], 22 dez. 2015. .

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Preliminar Missão Conjunta Presidência e Corregedoria Nacional Inspeções em Unidades Prisionais de Goiás**. [S. l.: s. n.], 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da driscirminação racial relativos ao gênero**. [S. l.: s. n.], 2002.

Disponível em:

<https://onedrive.live.com/?cid=97E8252A250CE6BF&q=kimberle&scope=drive&id=97E8252A250CE6BF%21s18072033d5c54928a08d36965d54321a&parId=root&parQt>

=search&o=OneUp. Acesso em: 24 mar. 2025.

DINIZ, Debora. **Cadeia Relatos sobre mulheres**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2015.

DOUZINAS, Costas; BRANDÃO, Caius. Os paradoxos dos direitos humanos. **Latin American Human Rights Studies**, [s. l.], v. 1, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lahrs/article/download/69407/36786>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FLORES, Joaquim Herrera. **A Reinvenção Dos Direitos Humanos**. [S. l.]: Fundação José Arthur Boiteux, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 15. ed. [S. l.]: Editora Paz e Terra, 1999a. v. I, .

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. [S. l.]: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisao**. 20. ed. [S. l.]: Editora Vozes, 1999b.

GOFFMAN, Erving. **ESTIGMA - NOTAS SOBRE A MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DETERIORADA**. 4. ed. [S. l.: s. n.], 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO CONCEITOS E TERMOS. [s. l.], n. 2<sup>a</sup> Edição, p. 42, 2012. .

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e práticas**. [S. l.]: Digitaliza Conteudo, 2019.

JUSTA. O funil de investimentos da segurança pública e prisional no Brasil. 2022. Disponível em: [https://www.justa.org.br/wp-content/uploads/2022/12/FUNIL-DE-INVESTIMENTOS\\_2021.pdf](https://www.justa.org.br/wp-content/uploads/2022/12/FUNIL-DE-INVESTIMENTOS_2021.pdf). Acesso em: 5 out. 2023.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. [S. l.]: Editora Forense, 1999.

LOURO, Guacira. **O Corpo Educado, Pedagogias Da Sexualidade**. [S. l.]: Autêntica Editora, 2023.

LUGONES, María; VAREJÃO, Adriana; BARRAGÁN, Alba Margarita Aquinaga; SANTILLANA, Alejandra; FIGUEIREDO, Angela; COSTA, Claudia de Lima; CHÁVEZ, Dúnia; PAREDES, Julieta; GONZÁLEZ, Lélia; BAIRROS, Luiza; CANTUÁRIA, Marcela; COSTA, Maria da Graça; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; LAZREG, Marnia; LANG, Miriam; CURIEL, Ochy; OYĚWÙMI, Oyèrónké; MESSEDER, Suely; CASTRO, Susana de; PIRES, Thula Rafaela Oliveira; MIÑOSO,

Yuderkys Espinosa; PAULINO, Rosana. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. [S. l.]: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. 3 reimpressão. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. [S. l.]: N-1 Edições, 2018.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], , p. 15–38, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>.

NASCIMENTO, Leticia; RIBEIRO, Djamila. **Transfeminismo**. 1ª. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2021(Feminismos plurais).

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. [S. l.]: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O DIABO EM FORMA DE GENTE: (R)EXISTÊNCIAS DE GAYS AFEMINADOS, VIADOS E BICHAS PRETAS NA EDUCAÇÃO**. 2017. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. [S. l.]: Zahar, 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira De. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da história viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991(, 2).

QUIJANO, Anibal; SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. [S. l.]: Almedina, 2009.

RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires. **Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense**. São Carlos, SP: Izabel Aparecida Maschietto, 2022.

SILVA, Melina Maria Martins da. **Da Abjeção à transidentidade: Etnografia das resistências de pessoas trans\* na UNILAB/CE**. 2023. UNILAB, Fortaleza, 2023. Disponível em:  
[https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4066/1/Melina%20Maria%20Martins%20da%20Silva%20-%20Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%20%5BPPGA%20-%20UFC\\_UNILAB%5D%20-%202023.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4066/1/Melina%20Maria%20Martins%20da%20Silva%20-%20Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%20%5BPPGA%20-%20UFC_UNILAB%5D%20-%202023.pdf).

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Nova. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar ?** [S. l.]: Editora UFMG, 2009(Babel).